



CENTRO PAULA SOUZA



ETEC “PROF.^a ANNA DE OLIVEIRA FERRAZ”
CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS

CARINA VEDOVATO
LEANDRO ROSABONI FREITAS
MARCOS PAULO DE OLIVEIRA BORBA
MARISA PEREIRA
RAFAELA RAMOS

**COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS AFETAM A
PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**

ARARAQUARA
2014

Carina Vedovato
Leandro Rosaboni Freitas
Marcos Paulo de Oliveira Borba
Marisa Pereira
Rafaela Ramos

TÍTULO: COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS AFETAM A PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

**Trabalho de Conclusão apresentado à ETEC
“Profª Anna de Oliveira Ferraz”, do Centro
Estadual de Educação Tecnológica Paula
Souza, como parte do requisito para obtenção
do título de Técnico em Finanças sob a
orientação da Professora Luciana Steinle**

ARARAQUARA
2014

Carina Vedovato
Leandro Rosaboni Freitas
Marcos Paulo de Oliveira Borba
Marisa Pereira
Rafaela Ramos

COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS AFETAM A PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Etec Prof.^a Anna de Oliveira Ferraz como exigência parcial para obtenção do Título de **Técnico em Finanças**, sob orientação da professora Luciana Steinle.

Aprovado em 27 de Novembro de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. Orientadora: Luciana Steinle

Prof. Avaliadora: Eliana Maria Marques Sgobi Cazai

Prof. Avaliador: Erivaldo da Silva Tobias



CENTRO PAULA SOUZA



Etec "PROFª. ANNA DE OLIVEIRA FERRAZ"

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO

Nós, alunos abaixo assinados, regularmente matriculados no curso **Técnico em Finanças**, na qualidade de titulares dos direitos morais e patrimoniais de autores do texto apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso com o título **“Como as Políticas Públicas Afetam a Produção de Bens e Serviços”** apresentado na **Etec “Profª Anna de Oliveira Ferraz”**, autorizamos o Centro Paula Souza a reproduzir integral ou parcialmente o trabalho escrito e/ou disponibilizá-lo em ambientes virtuais.

Araraquara, 27 de Novembro de 2014.

Nome	RG	Assinatura
Carina Vedovato	29 475 007-1	
Leandro Rosaboni Freitas	42.730.367-9	
Marcos Paulo de Oliveira Borba	46.298.214-2	
Marisa Pereira as Silva	47.826.854-3	
Rafaela Ramos dos Santos	53.741.005-3	



CENTRO PAULA SOUZA



ETEC "PROFª. ANNA DE OLIVEIRA FERRAZ"

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Nós, alunos abaixo assinados, regularmente matriculados no curso **Técnico em Finanças** na ETEC “Profª Anna de Oliveira Ferraz”, declaramos ser os autores do texto apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso com o título “**Como as Políticas Públicas Afetam a Produção de Bens e Serviços**”.

Afirmamos, também, ter seguido as normas da ABNT referente às citações textuais que utilizamos, dessa forma, creditando a autoria a seus verdadeiros autores (Lei n.9.610, 19/02/1998).

Através dessa declaração damos ciência da nossa responsabilidade sobre o texto apresentado e assumimos qualquer encargo por eventuais problemas legais, no tocante aos direitos autorais e originalidade do texto.

Araraquara, 27 de Novembro de 2014.

Nome	RG	Assinatura
Carina Vedovato	29 475 007-1	
Leandro Rosaboni Freitas	42.730.367-9	
Marcos Paulo de Oliveira Borba	46.298.214-2	
Marisa Pereira as Silva	47.826.854-3	
Rafaela Ramos dos Santos	53.741.005-3	

Dedico,

A DEUS por ter iluminado e guiado meus
passos em todos os momentos.
A minha família, principalmente aos meus
pais que sempre apoiaram com amor
meus sonhos, ensinando-me a ser
persistente para alcançar meus objetivos.

O cofre do banco contém apenas
dinheiro. Frustar-se-á quem pensar
que nele encontrará a riqueza e a
felicidade!

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Atualmente o mercado é caracterizado por acelerado ritmo de mudanças no ambiente de negócios e um grande desenvolvimento tecnológico. Estas mudanças representam a busca pelas empresas de serem mais competitivas por meio do entendimento das políticas econômicas, a fim de alcançar um melhor desempenho em um mercado cada vez mais voraz e globalizado. O presente trabalho apresenta os conceitos fundamentais das políticas públicas e de suas consequências, como ocorre sua integração e as principais características para seu entendimento, para ilustrar sua influencia sobre os meios produtivos, foi realizado uma demonstração através de notícias publicadas nos mais diversos meios de comunicação.

Palavras-chave: Produção. Políticas Públicas. Influência.

ABSTRACT

Currently the market is characterized by rapid pace of change in the business environment and a grand technological development. These changes represent the quest by companies to be more competitive through the understanding of economic politics in order to achieve better performance in an increasingly globalized and more voracious. This paper presents the fundamental concepts of public policy and its consequences, as it happens their integration and the main features for your understanding, to illustrate their influence on the means of production, was conduct a demonstration through news published in many kind of communication.

Keywords: Production. Public Policy. Influence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O processo e o Fluxo da produção: A mobilização dos recursos e a destinação de bens e serviços produzidos	22
Figura 2 – Configuração Convencional do Fator Trabalho	27
Figura 3 – Exemplo de fluxo de Renda	52
Figura 4 – Os meios e os Fins da Política Macroeconômica	53
Figura 5 – Curva “J” ao Longo do Tempo	62
Figura 6 – Evolução do Salário Mínimo desde a sua Criação	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação de Stackelberg: as Estruturas de Mercado	38
Tabela 2 – Principais Métodos de Controle Monetário	47
Tabela 3 – Evolução do Salário Mínimo	67

LISTA DE SIGLAS

Abrinq: Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos

BACEN: Banco Central

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAMEX: Câmara de Comércio Exterior

CMN: Conselho Monetário Nacional

COFINS: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

DIIESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor

INSS: Instituto Nacional de Seguridade Social

IOF: Imposto sobre Operações Financeiras

IPC: Índice de Preços ao Consumidor

ISS: Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza

NFSP: Necessidade de Financiamento do Setor Público

PIS: Programa de Integração Social

PN: Produto Nacional

PNB: Produto Nacional Bruto

PIB: Produto Interno Bruto

PIB_{cf}: Produto Interno Bruto a Preço de Custos de Fatores

PIB_{pm}: Produto Interno Bruto a Preço de Mercado

RD: Renda Pessoal Disponível

RN: Renda Nacional

RNB: Renda Nacional Bruta

RNL: Renda Nacional Líquida

RP: Renda Pessoal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Metodologia.....	18
Estrutura do Trabalho	18
1 - A EMPRESA E A PRODUÇÃO.....	20
1.1- Empresas e Setores da Produção	20
1.1.1- Empresas do Setor Primário de Produção	20
1.1.2- Empresas do Setor Secundário de Produção	21
1.1.3- Empresas do Setor Terciário de Produção	21
1.2- Modos de Produção	22
1.2.1- Modo de Produção Capitalista	23
1.3- Fatores de Produção	24
1.3.1- Meio Ambiente.....	24
1.3.2- Matérias Primas.....	25
1.3.3- População	26
1.3.4- Energia	27
1.3.5- Utensílios e Instrumentos de Trabalho.....	28
1.3.6- Infra-Estruturas.....	29
1.3.7- Conhecimentos Científicos	30
1.3.8- Meios Técnicos de Produção	31
1.4- Estruturas de Mercado.....	32
1.4.1- Concorrência Perfeita.....	32
1.4.2- Monopólio	34
1.4.3- Monopólio Bilateral	35
1.4.4- Quase-Monopólio e Quase-monopsônio	35
1.4.5- Oligopólios	36
1.4.6- Monopsônio.....	38
1.4.7- Oligopsônio	38
2 - POLÍTICAS PÚBLICAS.....	40
2.1 – Política Fiscal	41
2.2– Política Monetária	45
2.3– Política Cambial / Externa.....	48

2.4- Política de Renda	52
3 - INFLUÊNCIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	57
3.1- Política Fiscal Expansionista.....	57
3.2- Política Fiscal Restritiva	58
3.3- Política Monetária Expansionista.....	59
3.4- Política Monetária Restritiva.....	60
3.5- Política de Desvalorização Cambial.....	61
3.6- Política de Valorização Cambial	63
3.7- Política Interna de Incentivos as Exportações.....	64
3.8- Política Interna de Incentivos as Importações.....	65
3.9- Política de Renda com Aumento do Salário Mínimo.....	66
3.10- Política de Renda através do Congelamento de Preços.....	71
CONCLUSÃO.....	71
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

Com a expansão do comércio, a produção aumentou significadamente com o surgimento das primeiras manufaturas, os artesões passaram a trabalhar por um salário e a produção era organizada por um princípio de divisão do trabalho.

A produção em massa possibilitou a expansão do mercado, pois o preço era reduzido por unidade produzida, assim as classes mais baixas passaram a ter acesso a inúmeras mercadorias antes restritas (GOMES, 2008).

As mudanças nos processos econômicos modificaram a percepção e o tratamento dado às políticas econômicas que regiam esses mercados.

Para Gomes (2008, p. 13):

“O processo econômico engloba o conjunto das fases da atividade econômica que formam um movimento contínuo e repetido, ou seja: a produção, a circulação e o consumo. A produção desempenha o papel principal, pois determina a criação e características dos artigos de consumo, a sua distribuição e troca, fatores que exercem uma importante influência sobre a produção”.

O conceito de produção está vinculado à atividade humana que, consciente e intencionalmente, aplicando a sua capacidade física e intelectual, visa adaptar e transformar os recursos naturais ou os criados pelo próprio homem com o fim de satisfazer as suas necessidades, interesses ou desejos sociais (RUIZ, 2003).

Uma particularidade importante consiste no fato da satisfação das necessidades humanas, por sua vez, a aparição de novas necessidades, interesses sociais ou estímulos, que influem na produção. Na sociedade estabelece-se assim uma correlação entre as necessidades e a produção. (GOMES, 2008)

Outro ponto muito importante para que haja a produção são as forças produtivas, que incluem o próprio homem, na qualidade de produtor, e os meios materiais e intelectuais de que necessita para produzir.

Para Marx (1996) as forças produtivas são os resultados da atividade prática dos seres humanos, embora limitados pelas condições, espaciais e temporais, em que se encontram situados.

Para produzir, os homens não podem permanecer isolados; agem em comum nos campos, nas oficinas, nas comunidades, nas instituições, em grupos ou em associações.

Os modos de produção são formados pelo conjunto das forças produtivas e pelo conjunto das relações de produção, na sua interação, em certo estágio de desenvolvimento (CARVALHO, 2004).

Para Gomes (2008) o modo de produção é uma forma determinada da atividade vital dos indivíduos, um determinado modo de vida.

Outro ponto de muita importância é entender a maneira como se determinam os preços dos produtos e as quantidades que serão produzidas nos diversos mercados de uma economia.

De acordo com Rossetti (2002) tais mercados estão estruturados de maneira diferenciada em função de dois fatores principais: o número de empresas produtoras atuando no mercado e a homogeneidade ou diferenciação dos produtos da empresa.

Tendo isso em vista, pode-se classificar as estruturas de mercado para o setor de bens e serviços da seguinte forma:

Concorrência Perfeita – é uma situação de mercado na qual o número de compradores e vendedores é tão grande que nenhum deles, agindo individualmente, consegue afetar o preço (VASCONCELLOS, 2002).

Monopólio – é uma situação de mercado em que uma única empresa vende um produto que não tenha substitutos próximos (MILL, 1996);

Oligopólio – é uma situação de mercado em que um pequeno número de empresas domina o mercado, controlando a oferta de um produto que pode ser homogêneo ou diferenciado (ROSSETTI, 2002).

As políticas que regem esses mercados e suas formas produtivas são denominadas políticas públicas, no qual, são responsáveis pelo monitoramento do aparelho produtivo nacional.

Quando pensamos em políticas públicas, logo vêm à cabeça as várias funções sociais possíveis de serem exercidas pelo Estado, tais como saúde, educação, previdência, moradia, saneamento básico, entre outras.

Na prática se trata disso, entretanto para que sejam implementadas as diversas políticas em cada área social é necessário definir e compreender a estrutura institucional do Estado que contempla tais funções, ou seja, seu conjunto de órgãos, autarquias, ministérios competentes em cada setor, além do processo de financiamento e gestão (SOUZA, 2006).

O domínio do conhecimento acerca do macroambiente econômico é de suma importância para empresários, tomadores de decisão e para todas as pessoas de forma generalizada, pois os acontecimentos que ocorrem na esfera macroeconômica afetam a vida de todos (CLETO E DEZORDI, 2011).

Assim, pode-se dizer que as medidas adotadas no âmbito da política econômica afetam de maneira intensiva a vida do cidadão comum.

Para Wessels (1998) uma decisão de elevação do depósito compulsório pode interferir diretamente na renda, no emprego, nas vendas, e conseqüentemente na vida dos agentes econômicos.

Portanto as manifestações ocorridas no mundo externo, principalmente as resultantes da ação do governo na economia, terminam por afetar o dia-a-dia do mundo microeconômico.

Mas afinal, o que são políticas econômicas?

Entendem-se como políticas econômicas, as ações tomadas pelo governo, que, utilizando instrumentos econômicos, buscam atingir determinados objetivos macroeconômicos (CLETO E DEZORDI, 2011).

É papel do governo zelar pelos interesses e pelo bem-estar da comunidade em geral. Para esta finalidade, o setor público, enquanto um agente econômico de peso dentro do sistema procura atuar sobre determinadas variáveis e através destas alcançar determinados fins tidos como positivos para a população (SOUZA, 2006).

Políticas econômicas têm como objetivo afetar a economia como um todo, e é por isso que sua análise está no campo da macroeconomia (SILVA, 1986).

Portanto, torna-se fundamental o entendimento do encadeamento lógico entre as ações, variáveis e objetivo. Desta forma é possível uma leitura e interpretação geral do mundo macroeconômico (SILVA, 1986).

Os governos federais, estaduais e municipais têm importante papel na economia de uma nação. As principais funções do setor público são destacadas em quatro áreas de

grande abrangência: **Reguladora; Provedora de bens e serviços; Redistributiva e Estabilizadora** (CLETO E DEZORDI, 2011).

Os cidadãos e agentes informados da sociedade brasileira sabem que essas quatro funções básicas do governo são vitais para o bom funcionamento de qualquer sistema econômico.

No estudo da macroeconomia cabe ainda destacar a última função do governo, ou seja, a de estabilizar/controlar os grandes agregados macroeconômicos.

Dentro dessa função do setor público, os principais agregados econômicos são: taxa de juros, crescimento econômico, nível de preços, taxa de desemprego e taxa de câmbio (ROSSETTI, 2002).

Entretanto, para que esses objetivos do setor público sejam alcançados de forma eficaz, o governo utiliza-se de um conjunto de políticas e instrumentos econômicos que serão estudados com mais detalhes neste trabalho.

Metodologia

O principal objetivo deste trabalho é apresentar os conceitos fundamentais das políticas públicas e suas principais conseqüências nos modos, meios e setores da produção nacional.

Para o alcance deste objetivo foi realizada uma pesquisa exploratória constituída de material já publicado como livros, artigos e materiais disponibilizados na internet (entre os anos de 2009 até meados de 2012).

A justificativa para a escolha deste trabalho se deve a difusão destes conceitos na concepção da produção nacional contemporânea.

Com a alta competitividade frente aos mercados globais, as empresas necessitam de freqüentes mudanças em pouco tempo, visando uma tomada de decisões eficiente observando os movimentos do mercado e das políticas.

Estrutura do Trabalho

Nesta seção foi apresentada a relevância do tema pesquisado, bem como o objetivo, metodologia e estrutura do trabalho.

Este trabalho apresentará no capítulo 1 a origem, principais conceitos, à importância e o que é necessário para entender os conceitos relevantes à empresa e a produção.

O capítulo 2 foi elaborado a partir da visão de vários autores sobre a história, principais conceitos, importância e as principais ferramentas das políticas públicas.

Assim, o capítulo 3 descreverá como as políticas governamentais como: Política de Renda, Política de Câmbio, Política Monetária e Política Fiscal afetam a produção de bens e serviços.

E para finalizar este trabalho será apresentada a conclusão e as sugestões para trabalhos futuros.

1 – A EMPRESA E A PRODUÇÃO

O significado da palavra empresa possui muitas interpretações, mas para Arnoletto (2006) a mesma pode ser definida como organização ou instituição social cujo objetivo é a maximização de lucros.

Apesar de existir muitas definições para o termo produção, sua essência está baseada na transformação de matérias-primas em produtos para a comercialização.

A produção está fortemente ligada aos setores produtivos, aos modos de produção, os fatores de produção e também as estruturas de mercado.

1.1 - Empresas e Setores da Produção

A economia de um país pode ser dividida em três grandes grupos de setores, ligadas diretamente com um grupo de empresas específicas; o setor primário, o setor secundário e o setor terciário, no qual são subdivididos de acordo com os produtos que são produzidos, modos diversos de produção e recursos utilizados, sejam eles humanos, tecnológicos ou financeiros (GOMES, 2008).

A combinação ou desenvolvimento desses setores econômicos podem demonstrar o grau de desenvolvimento econômico de um determinado país ou região.

1.1.1 - Empresas do Setor Primário de Produção

De acordo com Rossetti (2002) os setores primários de produção compreendem as empresas que estão fortemente ligadas ao fator terra, que em suma, são à base da indústria transformadora de uma forma ampla e geral.

Peinado (2007) descreve as empresas do setor primário como as formas mais antigas de produção e estão relacionadas à exploração de recursos naturais dos mais variados tipos.

Segue como exemplo algumas dessas atividades:

- ✓ Lavouras: culturas permanentes, culturas temporárias, horticultura e floricultura;
- ✓ Produção animal: criação e abate de gado e aves, pesca, caça e derivados de produção animal;
- ✓ Extração Vegetal: produção florestal (silvicultura e reflorestamento) para usos múltiplos, extração de recursos florestais nativos.
- ✓ Extração mineral: retirada de minérios e combustíveis energéticos (carvão mineral).

1.1.2 - Empresas do Setor Secundário de Produção

Segundo Rossetti (2002) os setores secundários incluem empresas do setor extrativista mineral, as empresas de transformação e também estão contidas nessa categoria, as empresas de construção, nestas, embora as proporções variem entre os principais ramos industriais, é alta a intensidade do fator capital.

Para Gomes (2008) os setores produtivos secundários estão amplamente interligados com os primários, uma vez que a matéria-prima utilizada nas indústrias de transformação é retirada quase que em sua totalidade do meio natural.

Segue abaixo alguns exemplos de setores de produção secundários:

- ✓ Indústria extrativa mineral: extração de minerais de diversas categorias;
- ✓ Empresas de transformação: siderurgias, metalurgia, beneficiamento de madeira, beneficiamento de celulose, produtos farmacêuticos e veterinários, produtos de matérias plásticas, produtos de higiene e limpeza, têxtil, calçados entre inúmeras atividades industriais (ROSSETTI, 2002).
- ✓ Empresas de construção: obras públicas, construções e edificações para fins residenciais e não residenciais;
- ✓ Meios semi-industriais: produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e gás encanado, assim como tratamento e distribuição de água.

1.1.3 - Empresas do Setor Terciário de Produção

De acordo com Rossetti (2002), são empresas geralmente caracterizadas pela intensidade do fator trabalho, que compreendem o comércio, as intermediações financeiras variadas, os transportes de um modo geral, as comunicações e as demais categorias de prestação de serviços.

Os setores terciários estão ligados a empresas dos mais variados tipos de serviços e podem ser exemplificados conforme texto abaixo:

- ✓ Empresas Financeiras: bancos comerciais e de desenvolvimento, sociedade de crédito, financiamento e investimento, seguros, capitalizações e mercado de capitais (MILL, 1996);
- ✓ Empresas de Transportes: transportes aéreos, ferroviários, hidroviários e rodoviários;

- ✓ Governo: administração pública direta e autarquias, das diferentes esferas do governo federal, estadual e municipal;
- ✓ Outros Serviços: empresas de assistência à saúde, educação e cultura.

O conjunto desses setores produtivos e sub-setores compõe o aparelho de produção da economia nacional.

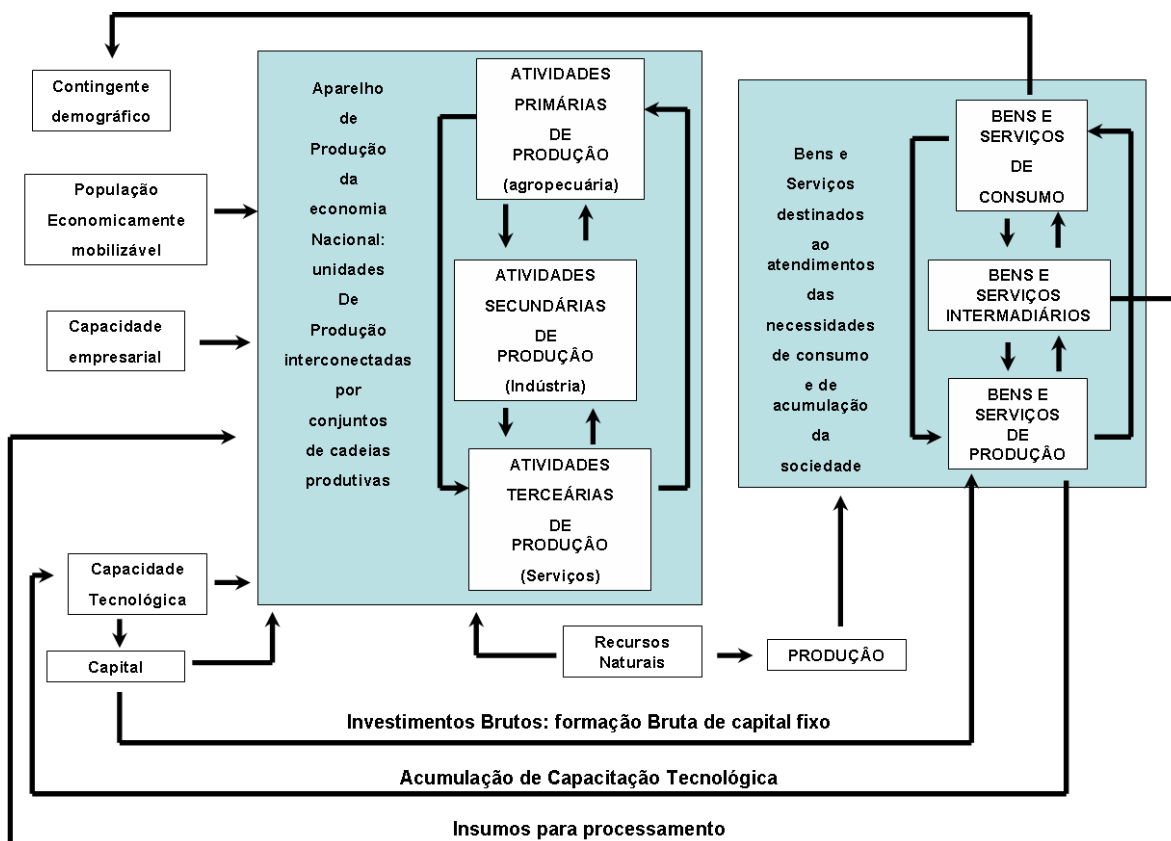


Ilustração 1: O processo e o Fluxo de Produção: a mobilização dos recursos e a destinação de bens e serviços produzidos.

Fonte: Adaptado Rossetti (2002, p. 145).

1.2 - Modos de Produção

Para Gomes (2008) modo de produção pode ser definido como a maneira pela qual a sociedade produz seus bens e serviços, como os utiliza e os distribui. O modo de produção de uma sociedade é formado por suas forças produtivas (terra, trabalho, capital, capacidade tecnológica e capacidade empresarial) e pelas relações de produção existentes nessa sociedade.

Em outras palavras, modo de produção pode ser resumido com a seguinte formulação:

Modo de produção = forças produtivas + relações de produção

Portanto, o conceito de modo de produção resume claramente o fato de as relações de produção ser os alicerces de sustentação de todos os aspectos da sociedade.

Para Gomes (2008) os modos produtivos existentes enfrentam cada vez mais dificuldades para manter a estrutura econômica no qual estão inseridos, os mesmos tentam se reorganizar e resistir a novas configurações da produção globalizada, fazendo com que favoreça o surgimento de novos modos de produção e uma reconfiguração nos fatores trabalhistas e nas classes econômicas de um modo geral.

Existem vários modos de produção como o Primitivo, Escravista, Asiático, Feudal, Capitalista e Socialista; mas o que será abordado neste trabalho será o capitalista, cujas vertentes estão ligado aos objetivos desse trabalho.

1.2.1 - Modo de Produção Capitalista

Para Marx (1996) o que caracteriza o modo de produção capitalista são as relações assalariadas de produção (trabalho assalariado). As relações de produção capitalista baseiam-se na propriedade privada dos meios de produção pela burguesia, que substitui a propriedade feudal, e no trabalho assalariado, que substitui o trabalho servil do feudalismo.

Segundo Marx (1996) o capitalismo é movido por lucros, portanto temos duas classes sociais: a burguesia e os trabalhadores assalariados.

O capitalismo compreende quatro etapas:

- ✓ **Pré-capitalismo:** o modo de produção feudal ainda predomina, mas já se desenvolvem relações capitalistas;
- ✓ **Capitalismo Comercial:** a maior parte dos lucros concentra-se nas mãos dos comerciantes, que constituem a camada hegemônica da sociedade; o trabalho assalariado torna-se mais comum;
- ✓ **Capitalismo Industrial:** com a revolução industrial, o capital passa a ser investido basicamente nas indústrias, que se torna a atividade econômica mais importante; o trabalho assalariado firma-se definitivamente.
- ✓ **Capitalismo Financeiro:** os bancos e outras instituições financeiras passam a controlar as demais atividades econômicas, através de financiamentos à agricultura, a indústria, à pecuária e ao comércio.

1.3 - Fatores de Produção

Segundo Carvalho et. al. (2004) meios de produção podem ser definidos como técnicas por meio da qual um ou mais produtos serão obtidos pela utilização de determinadas quantidades de fatores de produção.

Gomes (1958, p. 150) descreve os fatores de produção da seguinte forma:

“Tradicionalmente conhece-se três fatores de produção: terra, trabalho e capital, incluindo terra no fator capital; sendo que a terra é considerada uma forma especial de capital; do ponto de vista pressuposto que a terra se desgaste com o uso, sendo necessária, para sua reposição, o trabalho humano”.

Sabe-se que atualmente os fatores de produção tomaram uma maior dimensão e serão estudados de uma forma mais detalhada.

1.3.1 - Meio Ambiente

O meio ambiente humano inclui todas as condições externas que possibilitam a existência e o desenvolvimento de uma determinada sociedade, esse ambiente é um sistema extremamente complexo que inclui o meio natural e o meio artificial, esse criado pelo próprio homem (MILL, 1996).

A influência do meio ambiente natural é uma das mais importantes condições da atividade humana, mas não é a mais, por enquanto o seu aproveitamento depende da intensidade das forças produtivas e do tipo de relações sociais existentes em uma determinada sociedade.

De acordo com Rossetti (2002, p. 92) “as reservas naturais, renováveis ou não, encontram-se na base de todo o processo de produção”.

As características do meio ambiente em que uma sociedade está inserida influenciam o seu processo produtivo, e conseqüentemente, o tipo de atividade econômica desenvolvida naquela região.

O meio geográfico exerce uma grande influência sobre a atividade produtiva, embora esse condicionante esteja cada vez mais sendo dominado pelo homem, ainda é determinante para a divisão de muitas sociedades (VASCONCELLOS, 2002).

Os grandes rios constituem, por um lado, obstáculos para a comunicação entre regiões, por outro lado, constituem fontes de riqueza e progresso.

A disponibilidade de um curso de água navegável reduz e muito os custos com transportes e favorece de uma forma geral a agricultura.

O meio ambiente artificial resulta de uma ação consciente dos homens que dependem para ser criados, em particular, de conhecimentos técnicos e científicos.

A influencia humana sobre o ambiente natural tornou-se muito importante com a expansão da produção: foram feitas auto-estradas, construídas pontes, barragens, canais de irrigação, foram fertilizadas as terras, intensificada a domesticação e criação de animais, construído cidades e meios de transporte.

Para Gomes (2008) os recursos naturais existentes podem ser de duas maneiras, podem ser diretamente utilizáveis ou apresentam-se em forma de matérias primas para possível transformação.

O meio ambiente exerce uma ação permanente e vinculada que requer a sua manutenção, a sua influência na produção pode aumentar ou diminuir as forças produtivas.

As atividades produtivas humanas exercem um intenso e duradouro impacto sobre os equilíbrios ambientais, o que aconselha a definir os modos de produção para que os mesmos não causem maiores danos ao meio ambiente.

1.3.2 - Matérias Primas

Os recursos naturais só são considerados matérias-primas depois de já terem sofrido alguma modificação mediante a um trabalho anterior.

Os minérios, a argila, a terra virgem, a floresta são exemplos de “objetos” de trabalho “dados” pela natureza que só atingem *status* de matérias primas após serem submetidas a alterações desencadeadas pelo trabalho de uma forma geral (RUIZ, 2003).

As matérias primas através do trabalho atingem uma característica econômica quando se tornam parte de uma cadeia produtiva de algum produto.

Com o desenvolvimento do comercio o aumento ao acesso das matérias primas tornou-se inevitável. Para explorar as matérias-primas criaram-se rotas marítimas, fluviais e terrestres, sobretudo durante o processo de produção mercantil.

De acordo com Gomes (2008) a introdução das máquinas e o crescimento da industrialização, durante o processo de produção capitalista, provocaram um aumento

intenso da procura de matérias primas, que envolveu todos os continentes do globo terrestre.

1.3.3 - População

De acordo com Kirsten et. al. (2004) população pode ser definida como um conjunto de entes ou seres, animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum.

Pode-se considerar população como o total de habitantes que vivem habitualmente em uma determinada zona geográfica, em uma determinada época.

Segundo Rossetti (2002) a população pode ser considerada ativa quando possui a plena capacidade de fornecer a sua força de trabalho ao processo econômico, por outro lado, é considerada inativa quando não possui capacidade para integrar a esfera produtiva ou se recusa a exercer qualquer atividade por pertencer a uma classe social dominante, por razões de ordem tradicional, religiosas ou por comportamentos complexos de difícil explicação.

A ação dos fatores demográficos deve ser examinada em conjunto com as circunstâncias naturais e sócio-econômicas que influenciam no desenvolvimento da sociedade.

Para Feres (2011) dentre esses fatores incluem-se o número de habitantes e a sua distribuição territorial, o crescimento e a densidade da população, o povoamento e as migrações, a estrutura e a influência recíproca entre os diferentes povos.

Segundo Gomes (2008) o aumento da população mundial deve-se primeiramente ao aperfeiçoamento das técnicas agrícolas e artesanais, a disseminação da metalurgia do aço e ao crescimento do comércio entre as diversas nações existentes.

As inovações tecnológicas e a urbanização conduziram a uma explosão demográfica, formando-se enormes cidades com centenas de milhares de habitantes.

O aumento demográfico desempenhou, por sua vez, um papel essencial na implantação de diferentes técnicas elaboradas, o que exigiu uma profunda especialização nos métodos de trabalho e na distribuição dos produtos confeccionados (Marx, 1996).

O aumento do número de pessoas depende do grau de desenvolvimento da produção, mas nem sempre se verifica uma correlação entre o ritmo do crescimento da população e a produção dos meios básicos de existência.

A população excedente não é apenas um resultado de um crescimento demasiadamente rápido, mas sim, uma consequência de uma forma de organização social.

Para Rossetti (2002) o aumento da população reflete-se na disseminação de indivíduos pelas áreas que poderiam ser produtivas, causando uma redução significativa nas áreas plantadas de culturas diversas.

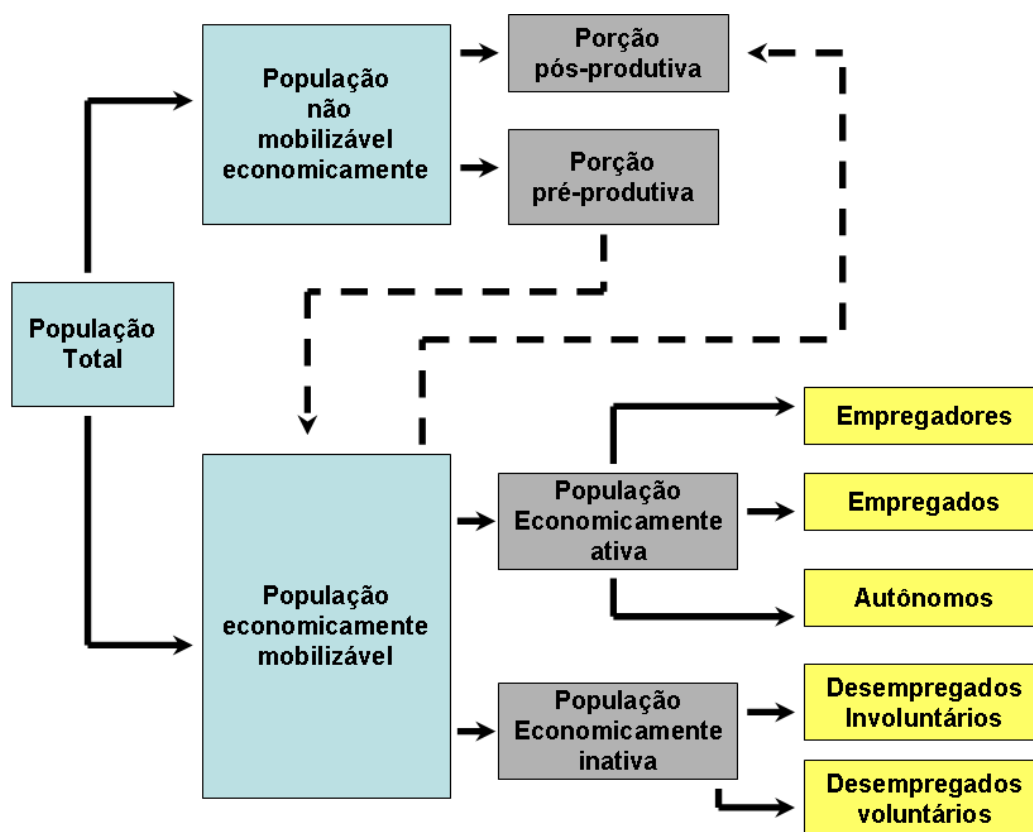


Ilustração 2: Configuração convencional do Fator Trabalho.
 Fonte: Adaptado de Rossetti (2002, p. 105).

1.3.4 - Energia

A energia desempenha um papel fundamental na produção, contribuindo para impulsionar o desenvolvimento econômico em diferentes épocas e regiões.

No processo de produção são utilizadas diversas formas de energia, desde a força muscular até a força do vento, da água, do fogo e do próprio átomo (GOMES, 2008).

A energia pode ser considerada o fator mais importante para a produção, uma vez que sua utilização é crucial para o desenvolvimento de qualquer atividade fabril.

Em muitos momentos podemos nos deparar com questões de desabastecimento de energia, que pode causar uma redução significativa na produção de uma forma geral.

Para evitar problemas com desabastecimentos, as nações diversificam sua matriz energética, que por sua vez, é constituída por várias fontes de energia como, por exemplo: petróleo, energia eólica, energia hidroelétrica, energia nuclear, carvão mineral e/ou vegetal. No Brasil a maior parte de nossa energia é proveniente de hidroelétricas.

A energia está sendo considerada uma fonte estratégica de desenvolvimento / manutenção dos meios produtivos, uma vez que, as cadeias produtivas não podem sofrer quedas bruscas de produção, países estão criando alianças estratégicas para que não haja uma falta de “combustível” para suas economias.

Como exemplo, podemos citar as alianças comerciais que a China está fazendo com a Rússia (Nogueira, 2006) e a Venezuela que estão entre os maiores produtores mundiais de petróleo e gás natural, a fim de evitar um futuro declínio de suas reservas energéticas.

1.3.5 - Utensílios e Instrumentos de Trabalho

Os utensílios são objetos criados pelo homem para auxílio nas atividades em sua vida cotidiana. Só se tornam meios de produção quando manejados como o objetivo de auxiliar o processo produtivo.

De acordo com Ruiz (2003) os instrumentos de trabalho são elementos utilizados como auxiliares na transformação de matérias primas em produtos; podem ser extraídos da própria natureza ou inventados e construídos pelo próprio homem.

Nos instrumentos de produção naturais, os indivíduos estão subordinados a natureza, mas sua utilização implica na intervenção do trabalho humano.

Para Gomes (2008) o homem não só utiliza constantemente o instrumento de trabalho existente, mas também sempre desenvolve um novo, os mais complexos surgem na base dos mais simples.

O surgimento e aperfeiçoamento de ferramentas metálicas, sobretudo as de aço, desempenharam um importante papel no incremento das forças produtivas.

A eficiência do funcionamento das ferramentas determina a produtividade do trabalho social e influencia as possibilidades materiais de que dispõe a sociedade para seu desenvolvimento (MARX, 1996).

Os instrumentos de trabalho são as pilares determinantes do desenvolvimento da produção e o indicador mais relevante da produtividade.

Com o surgimento de novos instrumentos de maior rendimento, a técnica existente envelhece e exige a sua substituição, o que obriga a sociedade a ter uma lógica de desenvolvimento da produção (MILL, 1996).

A máquina é um conjunto de mecanismos construídos pelo homem para a realização de uma ou várias funções de carácter produtivo. Iniciou-se de elementos simples para outros mais complexos acionados pelo homem ou conjuntamente por outros meios por ele utilizados (GOMES, 2008).

A modificação das ferramentas de trabalho, o aparecimento das máquinas e a aplicação prática do primeiro motor capaz de gerar força motriz, conduziram a uma mudança do estado das forças produtivas e, como tal, a modificação das relações de produção.

1.3.6 - Infra-Estruturas

As infra-estruturas envolvem o conjunto de meios técnicos e equipamentos coletivos essenciais à vida económica rural e urbana das regiões, o que facilita a produção de bens e serviços e permite a mobilidade dos fatores de produção.

De acordo com Andrade (2011, p.01) infra-estruturas podem ser definidas da seguinte forma:

“Consideram-se como infra-estruturas não somente aqueles serviços tradicionais, como energia eléctrica, transporte, telecomunicações e outros, os quais são demandados por todas as actividades económicas, mas também os insumos requeridos por empresas prestadoras de serviços e mesmo as actividades que definem nas condições de qualidade de vida de um centro urbano”.

Nas instituições produtivas, as infra-estruturas integram as condições materiais indispensáveis para a caracterização do processo produtivo e do círculo económico dos bens produzidos (MILL, 1996).

As infra-estruturas podem ser consideradas obras públicas quando se destinam ao uso extensivo da população. Envolvem construção e manutenção de pontes,

rodovias, portos marítimos, canais de irrigação, fornecimento de água e energia elétrica as cidades, entre outros.

Gomes (2008) explica que, com o desenvolvimento do comércio se observou uma profunda reestruturação nas cidades, que permitiu um amplo intercâmbio de bens e serviços, assim como, uma grande mobilidade dos fatores de produção e a intervenção de entidades governamentais urbanas.

No modo de produção capitalista, as infra-estruturas são construídas essencialmente pelas próprias empresas, representando seu capital fixo, ou por instituições estatais.

1.3.7 - Conhecimentos Científicos

Entende-se por conhecimento a atividade pelo qual o homem toma consciência da realidade do meio envolvente e procura compreendê-lo e explicá-lo.

O conhecimento pode ser considerado empírico quando for adquirido pela experiência, como reflexo dos objetos no processo de contato direto entre os homens (MEDEIROS, 2006).

O conhecimento científico é um conhecimento acumulado, obtido pelo estudo e trabalho humano, que representa uma força produtiva indireta e assume a característica de força produtiva direta quando, e só quando, materializada como meio da produção (GOMES, 2008).

Inúmeros ramos do conhecimento científico estão ligados as necessidades técnicas / econômicas e as possibilidades de desenvolvimento resultantes do nível de desenvolvimento atingido em cada época e região.

Para Ruiz (2003) a produção mecanizada necessita da ciência para conseguir converter uma necessidade técnica, uma aplicação consciente das ciências naturais, desse modo, a ciência se transforma em força produtiva direta.

Essa transformação pode possuir vários significados:

- ✓ Que os meios de trabalho e os processos tecnológicos passam a resultar da materialização do conhecimento científico (GOMES, 2008);
- ✓ De acordo com Medeiros (2006), sem a ciência é impossível criar uma nova técnica e também é praticamente impossível manter o funcionamento da já existente;

- ✓ Que os conhecimentos científicos se tornam um componente indispensável da experiência e da formação técnica dos trabalhadores que participam do processo produtivo (MARX, 1996);
- ✓ Que a própria direção da produção e dos processos tecnológicos a introduzir constitui um efeito da aplicação prática da ciência.

A atividade metalúrgica constitui um fator importante para o crescimento dos conhecimentos das populações quanto à natureza e as propriedades dos novos materiais.

Na atividade administrativa os textos matemáticos estão intimamente ligados a problemas práticos como: medições dos campos para o assento fiscal em função da superfície das propriedades, elaboração de planilhas e tabelas, cálculos de débitos e créditos (GOMES, 2008).

1.3.8 - Meios Técnicos de Produção

A tecnologia para a ciência econômica é o conjunto dos conhecimentos empíricos ou científicos (Medeiros, 2006), dos procedimentos ou dos métodos, quando aplicáveis ao processo produtivo na melhoria ou utilização dos bens e serviços, o que só ocorre quando se encontram reunidas às condições econômicas e sociais indispensáveis.

A análise dos efeitos dos processos materiais usados pelo homem para transformar os recursos naturais e facilitar a sua exploração é uma tarefa da própria essência da economia política.

De acordo com Andrade (2011) as descobertas tecnológicas possibilitaram o desenvolvimento econômico, mas por sua vez, a aplicação prática da própria técnica e o seu ritmo depende dos modos de produção.

O progresso técnico tem efeitos perturbadores na vida social, agrava as diferenças nos níveis de desenvolvimento entre os diferentes países, trás consigo as diferenças econômicas e culturais (FERES, 2011).

Tal progresso dá os homens meios formidáveis de ação sobre a natureza que permitem aumentar a produção em proporções consideráveis.

As novas tecnologias deram lugar a intensas divisões do trabalho e a formação de diversos grupos profissionais, tal divisão cria uma relação mútua entre os diferentes tipos de produção de tal forma que as mudanças em um ramo de atividade repercutem rapidamente em muitos outros (MARX, 1996).

Para Gomes (2008) o progresso técnico ao contribuir para alterar os modos de produção, a redução de custos de produção e as relações sociais, constitui um fator de agravamento da luta de classes e dos conflitos inerentes, enquanto as mudanças inevitáveis não correspondem às exigências resultantes da aplicação dos novos meios tecnológicos.

1.4 - Estruturas de Mercado

As classificações mais simples de estruturas de mercado fundamentam-se apenas no número de agentes envolvidos em cada um dos dois lados – o da procura e o da oferta (ROSSETTI, 2002).

A matriz analisada para o estudo de estruturas de mercado foi a de Stackelberg, no qual é definida através da diferenciação de apenas um elemento: o número dos que intervêm no mercado, tanto para vendedores (oferta) como para compradores (demanda).

Na matriz de Stackelberg as estruturas de mercado são divididas em nove seguimentos: Monopólio bilateral, Quase-Monopólio, Monopólio, Quase-Monopsônio, Oligopólio bilateral, Oligopólio, Monopsônio, Oligopsônio e Concorrência Perfeita.

Para Rossetti (2002) as estruturas de mercado estão fundamentalmente condicionadas por três variáveis principais:

- ✓ Número de empresas envolvidas com o mercado;
- ✓ Diferenciação do produto e das empresas;
- ✓ Os fatores de produção e do produto.

1.4.1 - Concorrência Perfeita

Pode ser definida com uma estrutura de mercado no qual o número de compradores é igual ao número de vendedores, possui uma extensão tão dinâmica, que nenhum comprador/vendedor agindo individualmente consegue afetar o preço dos produtos, além disso, tanto os produtos como as empresas são homogêneas.

Para Ruiz (2003) trata-se de uma construção teórica, e apesar de ser a primeira estrutura de mercado a ser analisada, possui uma grande importância, uma vez que, a

mesma descreve o funcionamento ideal de uma economia, servindo como base para o estudo de outras estruturas de mercado.

Para Vasconcellos (2002, p.145):

“Do ponto de vista metodológico, é mais útil construir inicialmente modelos simples e depois preencher os detalhes do que construir diretamente modelos com todos os detalhes da realidade, que é muito complexa e que pode encobrir algumas tendências gerais”.

A estrutura de concorrência perfeita está baseada em alguns pontos, sendo que os mais importantes são:

✓ **Existência de um grande número de compradores e vendedores;**

Existe um número elevado de compradores e vendedores, sendo que cada um é tão “pequeno” em relação ao mercado, que nenhum deles, atuando de forma isolada, consegue influenciar o preço de uma mercadoria ou serviço (VASCONCELLOS, 2002).

✓ **Os produtos são homogêneos;**

Em um mercado de concorrência perfeita, os produtos comercializados pelas diversas empresas são homogêneos, ou seja, são completamente substituíveis entre si. Como resultado, os compradores não possuem “preferência” quanto a empresa no qual irão adquirir os produtos (ROSSETTI, 2002).

✓ **Livre entrada e saída de empresas;**

Não existem barreiras legais e econômicas tanto para quem entra / saída do mercado. Pressupõe-se, portanto, a inexistência de direitos de propriedades e patentes que possibilitam uma empresa ou grupo de empresas a controlar a entrada de novas empresas no mercado (VASCONCELLOS, 2002).

✓ **Transparência de mercado.**

Para Vasconcellos (2002, p.145) “consumidores e vendedores têm acesso a toda informação relevante, sem custos, isto é, conhecem os preços, a qualidade, os custos, as receitas e os lucros dos concorrentes”.

1.4.2 - Monopólio

O monopólio é uma estrutura de mercado no qual existe apenas um produtor de um bem ou serviço que não possua um produto substituto próximo.

Exemplos de monopólios são os serviços de água e esgoto, energia elétrica e telefonia em uma cidade, uma vez que esse tipo de monopólio é autorizado pelo poder público (GOMES, 2008).

Por esse fato, o monopolista exerce grande influência na construção do preço final do produto, fazendo com que o mesmo possa “escolher” o preço.

Para Vasconcellos (2002) a estrutura de mercado monopolista apresenta três características principais:

✓ **Uma única empresa produz um determinado bem ou serviço;**

Neste caso há apenas um vendedor (empresa) que domina completamente a oferta de determinado produto ou serviço. Possui uma grande influência no mercado, uma vez que, de uma forma geral, o mercado está a mercê do seu poder (VASCONCELLOS, 2002).

✓ **Não há produtos substitutos próximos;**

A necessidade que o produto/serviço que a empresa monopolista possui não tem como ser igualmente satisfeita por qualquer produto similar ou sucedâneo, fazendo com que, neste caso, não haja alternativas possíveis para seus compradores (MARX, 1996).

Os compradores comprarão do único produtor existente ou então não terão acesso à satisfação da necessidade atendida pela empresa monopolista.

➤ **Existem barreiras a entradas de empresas concorrentes.**

De acordo com Mill (1996) a entrada de um novo concorrente no mercado monopolista é muito difícil, uma vez que podem decorrer de disposições legais (leis que protegem patentes de produtos não substituíveis), de direitos de exploração concedidos pelo poder público a uma única empresa, do domínio de tecnologias, modos e meios de produção.

Podemos observar algumas vantagens e desvantagens na estrutura de mercado monopolista:

- ❖ Como uma principal vantagem, deve ser levada em consideração o fato de a empresa monopolista possuir uma economia de escala desenvolvida, fazendo com que o custo final seja relativamente mais baixo, sendo assim, caso esses custos sejam repassados para os clientes, beneficiaria a coletividade de consumo (ROSSETTI, 2002).
- ❖ Como desvantagens, pelo menos três colocações que desabonariam a empresa monopolista: falta de oportunidade de compra e escolha, custo que em alguns casos podem ser abusivos e até um desestímulo ao aprimoramento dos métodos produtivos (VASCONCELLOS, 2002).

1.4.3 - Monopólio Bilateral

Pode ser definido em um mercado em que um monopsonista, na compra de um insumo qualquer, defronta-se com um monopolista na venda desse insumo, ou seja, o único comprador defronta-se unicamente com o vendedor do insumo no mercado (VASCONCELLOS, 2002).

Para Gomes (2008) o preço de transação é feito por um acordo comum entre as partes, uma vez que, o monopolista deseja vender certa quantidade de produtos por um determinado preço e o monopsonista deseja obter a mesma quantidade de produtos por um preço diferente daquele pretendido pelo monopolista.

A construção do preço do produto se baseia em uma forma simples, o monopolista fixo de forma “irrevogável” um preço para a venda dos produtos, por sua vez, o monopsonista determina qual será o preço máximo que ele está disposto a pagar.

1.4.4 - Quase-Monopólio e Quase-monopsônio

Essas estruturas de mercado podem ser definidas como a negociação de um único comprador ou vendedor, com um número pequeno de vendedores ou de compradores (ROSSETTI, 2002).

Pode-se ter através desta estrutura as seguintes configurações de mercado: um comprador com um numero pequeno de vendedores ou um vendedor com um numero reduzido de compradores.

1.4.5 - Oligopólios

Para Rossetti (2002) oligopólio é uma estrutura de mercado que prevalece principalmente em economias do mundo ocidental e pode ser definida como uma estrutura onde existe um pequeno grupo de empresas que controlam a oferta de um bem ou um serviço.

Atualmente existe um número elevado de oligopólios, mas seus primeiros modelos consideravam que uma empresa buscava a maximização da massa de lucros (modelo clássico de oligopólios); e a partir de meados dos anos 30, foram criados modelos onde o preço é fixado por um *mark-up* sobre o custo variável médio (VASCONCELLOS, 2002).

São exemplos de oligopólios as indústrias de automóvel, a indústria de máquinas e implementos agrícolas, a indústria de medicamentos de uma forma geral, serviços de transporte rodoviário e aéreo, setores químicos e siderúrgicos.

De acordo com Rossetti (2002, p. 403):

“As estruturas oligopolistas não se caracterizam por fatores determinantes puros e extremados, os tipos possíveis e, de fato, observados são de alta variabilidade; em todas as características desta estrutura de mercado, os conceitos são mais flexíveis, comparativamente aos casos extremados de concorrência perfeita e de monopólio”.

Os oligopólios apresentam muitas características particulares (número de concorrentes, diferenciação, rivalidade entre empresas, barreiras, visibilidade, preço e poder), porem serão abordadas neste trabalho apenas três características principais:

➤ **Número de concorrentes;**

De uma forma geral é constituído por um número pequeno de concorrentes: as indústrias siderúrgicas, celulose e papel e química de base são exemplos de oligopólios (GOMES, 2008).

Porem pode haver, em casos especiais, oligopólios com um número grande de concorrentes, nestes casos, os oligopólios resultam de taxas de participação de mercado de que desfrutam de competidores com o maior porte.

➤ **Diferenciação;**

De acordo com Vasconcellos (2002) os oligopólios podem apresentar produtos homogêneos ou diferenciados. O oligopólio será considerado homogêneo quando os concorrentes oferecerem produtos similares entre si, como por exemplo: produtos metálicos e não metálicos que se tratando de produtos são praticamente padronizados, apesar das diferentes composições químicas que esses podem apresentar.

Para Rossetti (2002) quando os produtos não são homogêneos, os mesmos se enquadram na especificação de diferenciados, exemplos destes produtos são: indústria automobilística (existem diversas marcas com vários modelos no mercado) e indústria de cigarros (possui muitas marcas, sabores), cujos produtos, embora semelhantes, não são idênticos.

➤ **Existência de barreiras**

Assim como acontece no monopólio, existem barreiras que favorecem o surgimento dos oligopólios, impedindo a entrada de novas empresas na indústria.

Essas barreiras estão geralmente ligadas às escalas de produção, as altas exigências de capital, o domínio das tecnologias/processos e marcas (ROSSETTI, 2002).

Pode haver casos em que as estruturas já estabelecidas são surpreendidas por novos concorrentes que entram no mercado com indústrias de médio e pequeno porte para atender nichos de mercados regionais.

Um exemplo que podemos observar é a concorrência entre a linha de refrigerante Jaboti (região de Ribeirão Preto – SP) com as “gigantes” indústrias do segmento de refrigerantes e sucos.

1.4.6 - Monopsônio

Uma particularidade do mercado monopsônio é a existência de um único comprador e muitos vendedores. A empresa compradora impõe um preço máximo de compra de um determinado produto ou serviço, que em muitos casos, é fixado de acordo com os interesses particulares da empresa (VASCONCELLOS, 2002).

Exemplos de mercado caracterizado monopsônio: a presença de uma grande usina açucareira em uma cidade, sendo ela a única empregadora de mão de obra, outro exemplo seria a compra de álcool anidro e hidratado dos produtores pelo Petrobrás.

1.4.7 - Oligopsônio

Nesta estrutura de mercado pode-se observar uma pequena quantidade de compradores (sendo que alguns detêm parcela elevada do mercado) e muitos vendedores.

Para Vasconcellos (2002) os compradores conseguem de uma forma geral, impor um preço máximo de compra dos produtos, de tal forma que, o preço de compra não deve desestimular os produtores, mas também não é considerado “atraente” por parte dos compradores, uma vez que compense os compradores a executarem eles próprios a produção.

Um exemplo desse tipo de estrutura seria a integração entre as empresas (Sadia, Chapecó e Perdigão) produtoras de derivados de frango com os criadores de aves da região sul do país.

Para finalizar, segue a tabela contendo de forma resumida, as estruturas de mercado classificadas por Stackelberg.

Procura \ Oferta	Um só Vendedor	Pequeno Número de Vendedores	Grande Número de Vendedores
Um só Comprador	Monopólio bilateral	Quase-Monopsônio	Monopsônio
Pequeno Número de Compradores	Quase-Monopólio	Oligopólio bilateral	Oligopsônio
Grande Número de Compradores	Monopólio	Oligopólio	Concorrência Perfeita

Tabela 1 – Classificação de Stackelberg: as estruturas de mercado.

Fonte: Adaptado de Rossetti (2002).

Outro ponto fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, além do que foi exposto sobre os setores da economia, modos de produção, meios de produção e estruturas de mercado são as políticas públicas, no qual estão incididos, de forma direta ou indireta, os conceitos anteriormente demonstrados.

Para Rossetti (2002) as políticas públicas possuem grande importância para o aparelho produtivo nacional, pois são elas que, de um modo geral, criam as condições para que haja a produção de um bem ou serviço.

2 – POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas as ações tomadas pelo governo, que, utilizando instrumentos econômicos, buscam atingir determinados objetivos macroeconômicos.

De acordo com Rossetti (2002) políticas públicas são “variáveis-meio que se mobilizam para alcançar os objetivos de expansão do produto e o emprego, a estabilidade dos preços e o equilíbrio em transações externas”.

Souza (2006) mostra como as políticas públicas são vistas pelas academias de estudos:

1. Como um equilíbrio no orçamento entre receita e despesa,
2. Como uma nova visão do estado onde deixa de ser uma política keynesiana para ser uma política restrita aos gastos,

Seguindo o pensamento de Souza (2006) as políticas públicas estão fortemente ligadas ao Estado, este que determina como os recursos são usados para o benefício de seus cidadãos.

Em contradição a Souza (2006), Meksenas (2002) explica que as políticas públicas não são um mecanismo utilizado pelo Estado para ajudar os mais excluídos a ascender socialmente, mas um modo usado pelo capital para se manter no poder sem reclamação da parte periférica da sociedade, como podemos observar no trecho a seguir:

“O conceito de políticas públicas aparece vinculado ao desenvolvimento do Estado capitalista e esse as relações de classe. No século XX, as políticas públicas são definidas como um mecanismo contraditório que visa à garantia da reprodução da força de trabalho” (Meksenas, p.77).

Os governos federais, estaduais e municipais têm importante papel na economia de uma nação.

Para Cleto e Dezordi (2011) as políticas públicas podem ser classificadas em quatro áreas de grande abrangência:

- **Reguladora:** o estado deve regular a atividade econômica mediante leis e disposições administrativas. Com isso, torna-se possível o controle de alguns

preços, monopólios e ações danosas ao direito do consumidor (WESSELS, 1998).

- **Provedora de bens e serviços:** para Silva (1986) o governo deve prover a facilitar o acesso a bens e serviços essenciais, principalmente aqueles que não são de interesse do setor privado, tais como, educação, saúde, defesa, segurança, transporte e justiça.
- **Redistributiva:** as políticas econômicas devem atingir e vir a beneficiar os mais necessitados da sociedade. Com isso, modificam a distribuição de renda e riqueza entre pessoas e/ou regiões (CLETO e DIZORDI, 2011).
A igualdade social deve ser uma prioridade a ser buscada pelos órgãos públicos.
- **Estabilizadora:** de acordo com Mill (1996) os formuladores de políticas econômicas devem estar preocupados em estabilizar grandes agregados econômicos, tais como, taxa de inflação, taxa de desemprego e nível de produção.

As políticas públicas podem ser qualificadas como:

- Política Fiscal
- Política Monetária
- Política Cambial ou Externa
- Política de Rendas

2.1 – Política Fiscal

A política fiscal diz respeito à gestão dos orçamentos do governo, tanto no lado das receitas, quanto o lado dos dispêndios.

Para Cleto e Dizordi (2001) as decisões tomadas pelo governo sobre quando dispende, nas formas de consumo, investimentos diversos, subsídios e transferências, sobre quanto tributar e ainda sobre que agentes e que transações os tributos incidirão, compõem os instrumentos fiscais.

Para Vasconcellos (2002) os gastos do governo, de consumo e investimentos, são dois grandes importantes componentes da macroeconomia, uma vez que sua contração ou expansão está ligada à sustentação do produto e do nível geral de emprego.

O financiamento do déficit do setor público, também é um fator de preocupação da política fiscal.

Segundo Rossetti (2002) os dispêndios com transferências incorporam-se à renda disponível das unidades familiares, aumentando, de uma forma geral, a capacidade de gastos ou de poupança.

Os subsídios modificam preços de produtos finais, interferindo indiretamente nos níveis efetivos de dispêndios dos agentes privados.

Para Rossetti (2002, p. 723) “a contrapartida fiscal destes dispêndios é a tributação direta ou indireta”. Enquanto os dispêndios do governo exercem efeitos expansionistas sobre a renda, a produção e o emprego, os tributos exercem efeitos contracionistas.

O governo pode alterar o volume das receitas e gastos públicos por meio de instrumentos fiscais. Os instrumentos fiscais podem ser assim resumidos:

Dispêndios do Governo: Para Silva (1986 p. 125) “as despesas representam os gastos do governo, ou ainda, os dispêndios do governo, para que ele possa pagar o seu consumo e fazer seu investimento”.

Segue algumas formas de dispêndios governamentais:

- ✓ Consumo: gastos com salários, administração pública, funcionalismo civil e militar (MILL, 1996).
- ✓ Investimento: gastos com aquisição de novas máquinas, equipamentos, construção de estradas, pontes, infra-estrutura (FERES, 2011).
- ✓ Transferências: benefícios pagos pelos institutos de previdência social, sob forma de aposentadorias, salário-escola, FGTS (ANDRADE, 2011).

- ✓ Subsídios: são pagamentos feitos pelo governo a algumas empresas publicas ou privadas, afim de proteger ou incentivar a atividade produtiva da mesma.

Para Silva (1986 p. 129) subsídios podem ser definidos como:

“Contribuição do governo a determinadas empresas desempenhando funções de interesse coletivo, a preços abaixo dos exigidos para que se tornem rentáveis, a sua finalidade é de beneficiar o consumidor final com preços mais baixos com serviços que, de outra forma, deixariam de ser prestados”.

A Tributação: de acordo com Silva (1986) o poder público, para poder pagar seus dispêndio, exerce Pressão Tributária sobre o Poder Privado, e com isso, obtém a renda necessária a esse custeio.

Os impostos podem ser classificados em duas categorias:

- ✓ Tributos Diretos: incidem diretamente sobre a renda das unidades familiares e das empresas: Ex: Imposto de Renda de Pessoa Física, Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (SILVA, 1986).
- ✓ Tributos Indiretos: são tributos que oneram as transações intermediarias e finais. São incorporados ao processo produtivo e, portanto, incidem indiretamente sobre o contribuinte. Ex: ICMS, ISS, COFINS, PIS (WESSELS, 1998).

Orçamento do governo: pode ser definido como resultado de operações de receitas menos os gastos do setor publico. Pode ser classificado em três esferas:

- ✓ Orçamento equilibrado: Para Cleto e Dezordi (2011) ocorre quando o total das receitas em valores monetários de um determinado período for exatamente igual ao total dos gastos em valores monetários.
- ✓ Orçamento superavitário: as receitas superam os gastos em valores monetários em um determinado exercício do governo (SILVA, 1986).
- ✓ Orçamento deficitário: as receitas são inferiores aos gastos.

Quando o Tesouro Nacional, responsável pelas contas do setor público, registra um caso de déficit, o governo deve determinar como será o financiamento ou o pagamento desse excesso de gastos (VASCONCELLOS, 2002).

Entretanto, o resultado do setor público pode ser dividido em duas contas:

- ✓ Superávit/déficit primário ou fiscal: é o saldo positivo/negativo alcançado quando a receita do governo federal e estadual é superior/inferior aos seus gastos, independente dos juros e da correção da dívida passada (WESSELS, 1998).
- ✓ Déficit operacional NFSP: é calculado pelo resultado primário, acrescido do pagamento dos juros da dívida passada (CLETO e DEZORDI, 2011).

O déficit do setor público pode ser financiado por duas principais fontes de recursos:

- ✓ Emissão de Moeda: o BACEN disponibiliza mais moeda para financiar a dívida do Tesouro (GOMES, 2008).
- ✓ Empréstimos: venda de títulos da dívida pública ao setor privado (interno ou externo), o governo oferta títulos em troca de moeda para financiar sua dívida atual (SILVA, 1986).

Esse financiamento tende a aumentar o déficit operacional devido ao pagamento dos juros.

Esses instrumentos interferem em todos os objetivos macroeconômicos.

Para Cleto e Dezordi (2011) quando a tributação se altera, a renda disponível dos agentes privados é direta ou indiretamente afetada, alterando-se suas capacidades efetivas de dispêndio; somando-se os gastos do governo com os gastos das empresas privadas definem os níveis de sustentação dos produtos, refletindo diretamente na sustentação do emprego.

De acordo com Vasconcellos (2002) os gastos governamentais também podem interferir de forma significativa nos preços, uma vez que, quando exagerados, podem

atender os objetivos de expansão dos produtos e do emprego, mas comprometer de forma significativa a estabilização dos preços (inflação).

As transações externas também podem ser afetadas pelos instrumentos fiscais, segundo Rossetti (2002, p. 723) “o governo tanto pode contrair quanto expandir seus próprios dispêndios com importações de mercadorias e serviços, interferindo no saldo das exportações”.

Por fim, a política fiscal depende dos objetivos macroeconômicos definidos, uma vez que, podem ser orientadas em direções expansionistas como contracionistas tendo um fator de grande relevância em qualquer das duas direções priorizadas (ROSSETTI, 2002).

2.2 – Política Monetária

Pode ser definida como instrumento de controle de oferta de moedas, que define a liquidez da economia atuando sobre a taxa de juros.

Silva (1986, p. 93) aponta cinco funções para a moeda, a saber:

“Unidade de medida dos valores, intermediário geral de trocas, instrumento de acumulação individual de rendas, meio legal de pagamentos e padrão de referência dos pagamentos a prazo”.

O controle da moeda em um país é complementado pelo controle das operações de crédito, que por sua vez, também exerce efeitos sobre a liquidez e os juros (WESSES, 1998).

De acordo com Cleto e Dezordi (2011) determinar a quantidade de moeda na economia é função do Conselho Monetário Nacional (CMN), com participação importante do Banco Central do Brasil (BACEN).

Ao determinar a quantidade de dinheiro, tem-se a formação da taxa de juros, ou seja, a taxa de juros pode ser simplificada interpretada como sendo o “preço do dinheiro”.

Cabe destacar que em um sistema econômico, moeda representa os meios de pagamentos, sendo representada pelo papel-moeda e pelos depósitos a vista nos bancos comerciais (Rossetti, 2002).

Tanto as cédulas/moedas e quanto valores existentes nas contas bancárias representam os meios de pagamento.

A política monetária, ao controlar os meios de pagamento, está visando estabilizar o nível de preços geral da economia. Os governos que necessitam diminuir a taxa de inflação reduzem a oferta monetária e aumentam a taxa de juros (SILVA, 1986).

Por outro lado, caso a taxa de juros permanecer elevadas por um longo período de tempo, a economia pode deixar de elevar o crescimento econômico.

O BACEN pode alterar os meios de pagamento utilizando-se de quatro instrumentos:

2.2.1 - Operações de mercado aberto (*Open Market*)

As operações de mercado aberto são caracterizadas pela compra e venda de títulos públicos do BACEN no mercado. Esses títulos podem ser de emissão própria ou em geral do tesouro (SILVA, 1986).

2.2.2 - Depósito compulsório

São depósitos sob forma de reservas bancárias que cada banco comercial é obrigado legalmente a manter junto ao Banco Central, sendo esses, um percentual do depósito a vista efetuados nos bancos comerciais (FERES, 2011).

Para diminuir a liquidez do sistema financeiro, o Banco Central eleva a taxa de compulsório, com menos recursos para emprestar dos bancos comerciais, o crescimento da economia é afetado como um todo (WESSELS, 1998).

2.2.3 - Redesconto bancário

A assistência financeira de liquidez ou redesconto é o mecanismo pelo qual o BACEN socorre instituições financeiras com problemas de liquidez.

O redesconto funciona como um empréstimo que as instituições recebem para cobrir eventuais problemas de liquidez (CLETO e DEZORDI, 2011).

Para Silva (1986) um aumento na taxa de redesconto indica que os bancos sofrerão maiores custos caso tenham problemas de liquidez, nesse caso as instituições irão aumentar suas reservas e diminuir o crédito.

2.2.4 - Controle e seleção de crédito

Um instrumento não muito convencional, mas às vezes utilizados pelo Banco Central e refere-se ao controle direto sobre o crédito (ROSSETTI, 2002).

Este pode estar relacionado ao volume de crédito, ao prazo e destinação do crédito.

Método	EFEITO		
	Sobre a Base Monetária	Sobre o Multiplicador Monetário	Sobre a Oferta Monetária
1 - Taxa do depósito compulsório			
Aumento	Nenhum	Redução	Redução
Redução	Nenhum	Aumento	Aumento
2 - Operação no mercado aberto			
Banco Central compra títulos	Aumento	Nenhum	Aumento
Banco Central vende títulos	Redução	Nenhum	Redução
3 - Taxa do depósito compulsório			
Aumento	Redução	Nenhum	Redução
Redução	Aumento	Nenhum	Aumento

Tabela 2 – Principais Métodos de Controle Monetário.

Fonte: Adaptado de Wessels (1998 p. 159).

A contração do valor da moeda pode elevar a real taxa de juros, contraindo os dispêndios de consumo e investimento dos agentes privados e refletindo-se nos níveis gerais de preços, sendo que a contração de crédito pode também atuar na mesma direção (SILVA, 1986).

Segundo Rossetti (2002) a expansão real da oferta monetária, à medida que reduz os níveis reais de juros, pode atuar em direção oposta, estimulando os níveis do dispêndio interno e externo dos agentes privados.

Os instrumentos monetários podem ser assim definidos:

➤ **O controle da oferta da moeda**

- Composição da base monetária
- Regulação da liquidez real

➤ **O controle do crédito**

- Destinado ao consumo
- Destinado ao investimento
- Destinado a transações externas

No campo do estudo econômico, crédito pode ser definido como:

“Poder de receber bens em troca de uma promessa ou contrato, mediante o qual o indivíduo que os recebeu se compromete a devolver algo de valor equivalente, no futuro; conseguir crédito é obter do possuidor da mercadoria uma transferência, graças ao compromisso de devolver soma equivalente ao seu valor, em determinado prazo” (SILVA, 1986 p. 102).

2.3 – Política Cambial / Externa

Para estudar as vertentes da política externa, primeiramente se faz necessário entender sobre o funcionamento do comércio internacional entre as nações, que é a base para a criação das políticas cambial-externas.

O comércio internacional tem uma função econômica social importante, pois permite a integração econômica entre os povos (GOMES, 2008).

A troca internacional encontra duas razões fundamentais: vantagens de ordem econômica e deficiência interna do produto.

Para Silva (1986) existem três teorias que procuram explicar as razões e as vantagens do comércio internacional, são elas:

2.3.1 - Teoria clássica dos custos comparativos: surgiu durante a era mercantilista e seu ponto fundamental se baseia na melhor vantagem que um país leva sobre os demais, quando comparados os seus custos de produção nacional (SMITH, 1996).

Isso significa que a vantagem de troca internacional está com o país que opera a custos inferiores aos demais.

2.3.2 - Teoria das diferenças estruturais na disposição de recursos: consiste basicamente no seguinte raciocínio: os ganhos do comércio internacional de uma nação para com a outra, residem nas diferenças estruturais das disponibilidades de recursos que elas possuem (SILVA, 1986).

Segundo a teoria, as diferenças estruturais residem em dois princípios:

- A) Diferentes dotações de recursos de terra, capital e trabalho (ROSSETTI, 2002).
- B) As diferentes intensidades de recursos necessários à produção de diferentes produtos (MARX, 1996).

2.3.3 -Teoria das vantagens das trocas internacionais: segundo Silva (1986 p. 133):

“Procura mostrar que as trocas internacionais trazem vantagens recíprocas para os países envolvidos, pelo fato que cria condições para a promoção do crescimento econômico interno e ao mesmo tempo ao aumento da eficiência na alocação de recursos além de promover expansão do mercado, com vantagens decorrentes”.

Outro ponto que se faz necessário para o entendimento das políticas externas é o funcionamento da Balança Comercial e Balança de Pagamentos.

Todas as operações internacionais exigem equilíbrio nas suas operações de troca, operações estas que estabelecem encontro e compensação de contas (SILVA, 1986).

Há uma diferença entre Balança de Pagamentos e Balança Comercial.

- **Balança Comercial:** é o resultado obtido por um país em relação aos demais, uma vez que, somente são levados em conta os valores das exportações e importações (SILVA, 1986).
- **Balança de Pagamentos:** para Rossetti (2002) balança de pagamentos é o resultado dos valores das contas de um país em relação aos demais, que, além de incluir os valores da Balança Comercial, inclui outros valores, como por exemplo:

- Serviços;
- Transferência líquida;
- Transferências correntes;
- Capitais;
- Erros e Omissões;

Por fim, outro ponto fundamental na política econômica externa é o câmbio, uma vez que pode ser definido como “expressão do valor de uma moeda em termos de outra” (SILVA, 1986 p. 137).

A política cambial é o instrumento que complementa a utilização de mecanismos fiscais, monetários e de crédito, na regulação das exportações líquidas e no equilíbrio das contas externas (ROSSETTI, 2002).

O mercado de câmbio é formado pelos agentes econômicos que compram e vendem moeda estrangeira, conforme suas necessidades.

Empresas que vendem mercadorias ou ações no exterior estão aumentando a oferta de moeda estrangeira, em particular o Dólar, pois sua receita ocorre em moeda estrangeira (VASCONCELLOS, 2002).

Nesse sentido, o preço (taxa de câmbio) da moeda estrangeira em relação à moeda nacional é determinado neste mercado.

As empresas que participam do comércio internacional dependem substancialmente da taxa de câmbio.

O entendimento desse mercado é fundamentado em três vertentes, são elas:

➤ **Regime de câmbio flutuante**

Para Wessels (1998) neste caso não há intervenção do Banco Central no mercado, o preço da moeda estrangeira, ou a taxa de câmbio, é determinado exclusivamente pela interação de oferta e demanda.

➤ **Regime de câmbio fixo**

Este regime representa um caso extremo de controle do mercado, o Banco Central deve estar constantemente regulando o mercado. O Banco Central tem a “obrigação” de regular o mercado, comprando e/ou vendendo moedas estrangeiras (SILVA, 1986).

➤ **Formas híbridas de câmbio**

Formas híbridas de câmbio são maneiras de atuar sobre este; é uma mistura entre câmbio fixo e o câmbio livre ou flutuante (MILL, 1996).

Os produtos e os níveis de emprego podem ser estimulados por intervenções no mercado cambial, nas taxas de câmbio, pela política do comércio, como ainda pelo tratamento dado aos capitais externos de risco (ROSSETTI, 2002). As taxas de câmbio podem ser:

Taxas de câmbio desvalorizadas, protecionismo e estímulos a entrada de capitais para investimento, de uma forma geral, estimulam a procura por produtos e impulsionam para cima o nível geral de emprego (CLETO E DEZORDI, 2011).

Mas isto tem seu lado negativo, uma vez que interfere também no nível geral de preços, ocasionando focos inflacionários (ROSSETTI, 2002).

Taxas de câmbio valorizadas, a maior abertura das fronteiras econômicas para a entrada de produtos competitivos e o favorecimento seletivo de empreendimentos externos, pode ser considerado como instrumentos de estabilização de preços (MILL, 1996).

De acordo com Rossetti (2002) os instrumentos diretamente ligados a Política Externa são:

➤ **As intervenções no mercado cambial**

- Neutralidade Cambial
- Desvalorização da taxa de câmbio
- Valorização da taxa de câmbio

➤ **A política de comércio**

- Fixação de cotas
- Regime de proteções

➤ **Tratamento dado aos capitais externos de risco**

- Condições de ingresso
- Remessas de lucros

2.4 – Política de Renda

Pode ser denominada como um conjunto de intervenções diretas que geralmente complementam a atuação dos instrumentos fiscais, monetários e cambiais (ROSSETTI, 2002).

Para Rossetti (2002, p. 726) “A denominação política de rendas justifica-se pelos tipos predominantes de intervenções, como controles diretos de preços e os controles legais sobre salários e demais remunerações de fatores de produção”.

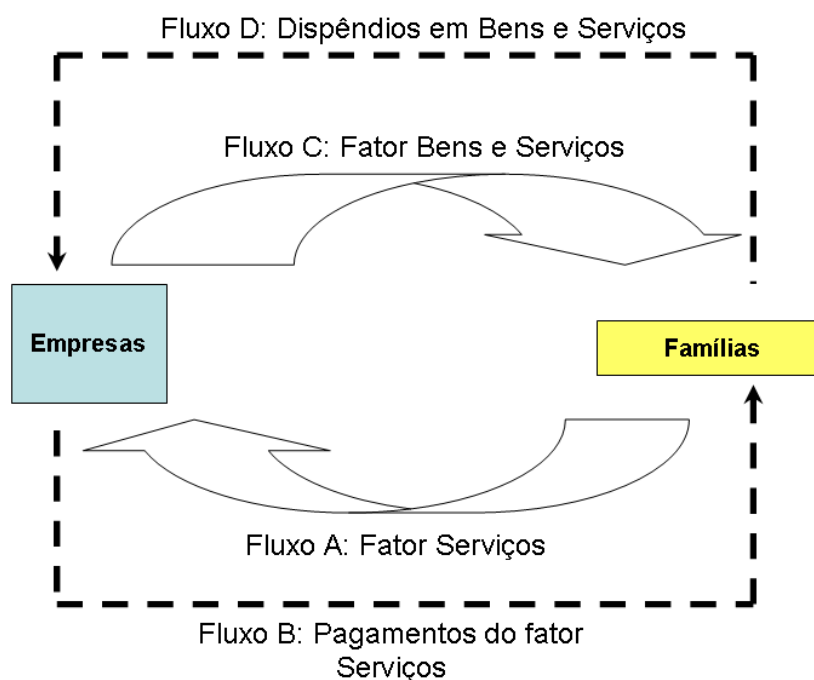


Ilustração 3: Exemplo de fluxo da renda.
Fonte: Adaptado de Wessels (1998, p. 61).

Embora possam atuar também em direções expansionistas, as políticas de rendas geralmente são mais utilizadas em programas de estabilização (VASCONCELLOS, 2002).

Sua eficácia depende, fortemente, de como os demais instrumentos de intervenções indiretas estarão atuando.

Dos grandes fluxos que as compõem, como o consumo privado, o consumo do governo, os investimentos das empresas, os investimentos do governo e as exportações líquidas, dependem a sustentação e a expansão da oferta e do emprego, bem como a estabilidade geral dos preços (ROSSETTI, 2002).

A figura a seguir sintetiza as relações entre os meios e os fins da política macroeconômica. Esquemáticamente, evidência como as variáveis-meio atuam sobre as variáveis-fim.

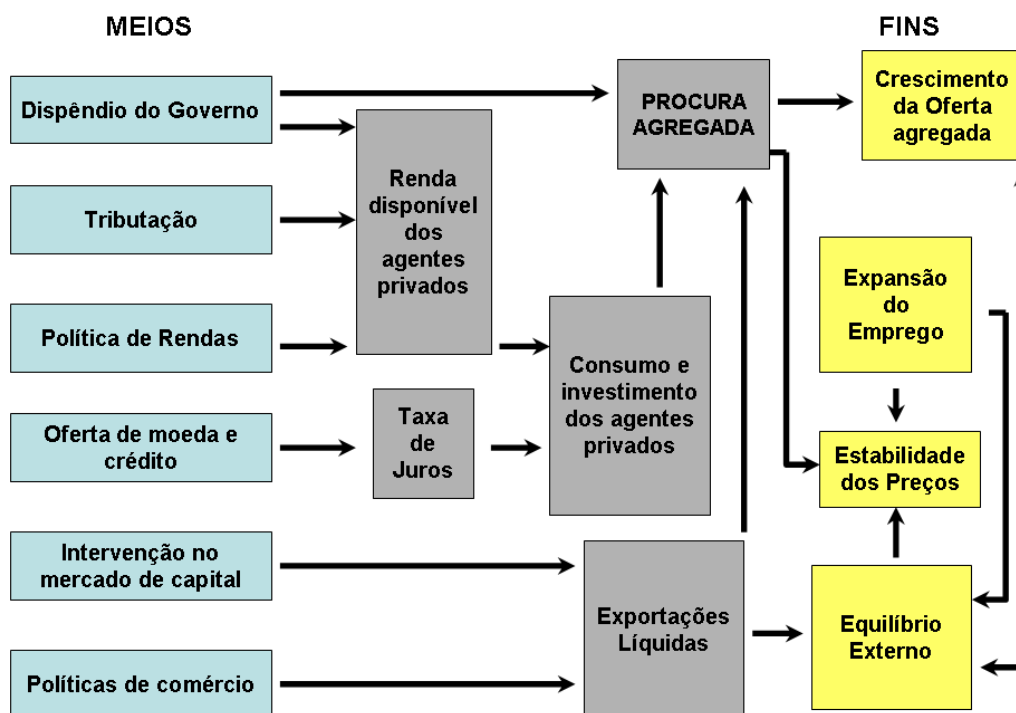


Ilustração 4: Os meios e os fins da política macroeconômica.

Fonte: Adaptado de Rossetti (2002, p. 725).

Como observado, as políticas de renda possui diversos pontos fundamentais, dentre os quais, alguns possuem uma fundamental importância na composição da renda de um determinado país (SILVA, 1998).

Segue alguns dos pontos mais importantes para a medição da renda:

- **Fortuna Nacional:** para Silva (1986) a fortuna nacional representa o potencial econômico da nação em termos de riqueza. É constituído por: população + elementos imateriais (civilização, cultura, costumes) + elementos materiais (todos os bens físicos, públicos ou privados);
- **Capital Nacional:** totalidade dos bens materiais destinados à produção e, ainda, compreende todos os bens de capitais (bens de investimentos ou bens de produção) existentes no país (WESSELS, 1998);

➤ **Renda Nacional (RN):**

“Entende-se por renda nacional o somatório de todos os pagamentos feitos em forma de juros, salários, impostos, aluguéis e lucros, aos proprietários dos fatores de produção, pelo fato destes terem vendidos seus fatores de produção ao aparelho produtivo” (SILVA, 1986 p. 146).

A renda nacional pode ser:

- Renda Nacional Bruta (RNB): é a renda nacional sem se levar em conta qualquer dedução (ROSSETTI, 2002);
- Renda Nacional Líquida (RNL): representa a RNB subtraindo o necessário para reconstruir o aparelho produtivo nacional – amortizações (MILL, 1996).

➤ **Produto Nacional (PN):** somatório de todos os bens e serviços produzidos dentro de uma nação no período de um ano (SILVA, 1986).

O produto nacional pode ser:

- Produto Nacional Bruto (PNB): Para Silva (1986) é representado pelo somatório de todos os bens e serviços produzidos pelas pessoas físicas e jurídicas de uma nação em um determinado espaço de tempo.
Para Wessels (1998, p. 59) “produto nacional bruto é o valor monetário total de todos os bens e serviços finais produzidos pelos cidadãos de uma nação, mesmo que tenham sido produzidas no exterior”.
- Produto Nacional Líquido (PNL): pode ser considerado como o PNB menos os bens e serviços destinados a reconstruir o aparelho produtivo nacional (WESSELS, 1998).

➤ **Produto Interno Bruto (PIB):** o produto interno bruto pode ser calculado por meio de dois processos: por preço de mercado (*pm*) e a custo de fatores (*cf*) (SILVA, 1986).

- PIB a preço de mercado (PIB_{pm}): valores a preços de mercado dos bens e serviços produzidos pelos três setores de produção (primário, secundário e terciário), acrescidos aos insumos utilizados no processamento da produção em cada setor, a um dado período de tempo (WESSELS, 1998).

- PIB a preço a custos de fatores (PIB_{cf}): este processo é calculado através do fluxo de renda. Utilizam-se as remunerações de cada fator (salários, juros, aluguéis e lucro) mais os impostos indiretos, menos os subsídios no período de um ano (SILVA, 1986).

Para o auxílio no entendimento da teoria escrita anteriormente, segue as formulas para o cálculo dos principais pontos das políticas de renda (WESSELS, 1998).

1 – Produto Nacional Bruto (PNB) = C + Investimento Bruto + G + NX

2 – Produto Nacional Líquido (PNL)

a) PNL = PNB – Depreciação;

b) PNL = G + Investimento líquido + G + NX

3 – Investimento Líquido = Investimento bruto – Depreciação

4 – Renda Nacional (RN)

a) RN = PNL – Impostos indiretos das empresas;

b) RN = soma do fator de pagamentos

5 – Renda Pessoal (RP) = Renda familiar

6 – Renda Pessoal Disponível (RD)

a) RD = RP – Imposto da pessoa física;

b) RD = Renda familiar pós-impostos;

c) RD = Despesas com consumo + Poupança pessoal + Pagamento de juros para empresas.

Onde:

C = despesas de consumo das famílias;

RD = renda disponível;

G = gastos do governo;

PNB = produto nacional bruto;

RN = renda nacional;

PNL = produto nacional líquido;

NX = exportações líquidas.

Sabendo estes pontos fundamentais deste trabalho, o próximo passo será interpretar como as políticas governamentais agem de forma constante no que se diz respeito à produção no seu sentido mais amplo.

Vale ressaltar um ponto extremamente importante, de que as políticas públicas que serão demonstradas nesse trabalho, estão em uma forma acadêmica e ideal, não sendo considerados os inúmeros fatores internos e externos que possam agir sobre elas.

Para efeito de estudos, as políticas serão estudadas separadamente e exibidas suas particularidades, mas na prática, elas formam um dinâmico e complexo esquema interligado, no qual, uma simples modificação em uma data política afeta todas as demais.

3 – INFLUÊNCIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1 - Política Fiscal Expansionista: Elevação dos gastos do governo e diminuição dos impostos, cujo objetivo é aumentar a demanda agregada e o consumo privado (BERTACI, 2010).

Essa política pode ser observada no seguinte trecho escrito por Salomon (2011) ao jornal O Estado de São Paulo:

“...Encerrando o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, o retrato das contas públicas contraria o discurso feito por ela desde a época da campanha eleitoral. Os gastos com investimentos, que deveriam ser preservados de cortes, caíram. Já as despesas com salários, custeio da máquina pública e da rotina do governo subiram. O governo gastou R\$ 10 bilhões a mais no primeiro trimestre em comparação ao mesmo período do ano passado; se forem incluídos os gastos com juros, o aumento chega a R\$ 13,2 bilhões”.

Outro movimento desse mesmo tipo pode ser visto no seguinte trecho escrito por Lima (2010) ao Jornal Dia a Dia:

“Brasília – O governo elevou a projeção de despesas para gastos com pessoal e encargos sociais para R\$ 168,32 bilhões. São R\$ 2,5 bilhões a mais do que projetado no relatório anterior, quando o valor era de R\$ 166,032 bilhões. A nova estimativa está no Relatório de Avaliação Fiscal do quinto bimestre, divulgado hoje (19) pelo Ministério do Planejamento. Uma das razões das variações verificadas nas despesas obrigatórias foi a revisão da projeção dos ingressos de novos servidores passíveis de ocorrerem entre outubro e dezembro de 2010”.

Com o aumento do quadro de funcionários do setor público, o governo estimula o consumo direto e indireto de bens e serviços, pois mais pessoas passam a possuir recursos financeiros, fazendo com que a demanda, em alguns casos, aumente substancialmente (ROSSETTI, 2002).

3.2 - Política Fiscal Restritiva: Diminuição dos gastos do governo e elevação dos impostos, cujo objetivo é reduzir a demanda agregada e o consumo privado (BERTACI, 2010).

Pode-se observar essa política nos trechos escritos por Stelzer (2011) para a Reuters, no qual são descritos as reduções conferidas pelo governo nacional a fim de reduzir principalmente a inflação:

“Auxiliado por cortes no Orçamento e por medidas macroprudenciais anunciadas no ano passado, o Banco central pode realizar um ajuste brando de alta do juro básico neste ano para segurar as pressões inflacionárias, com o mercado prevendo mais duas altas de 0,5 pontos percentuais nos próximos dois meses”.

“...Bastante aguardados pelos analistas, os R\$ 50 bilhões de corte nos gastos da União anunciados nesta semana não mudaram o cenário do mercado. Embora alguns economistas tenham dito preferir cortes mais agressivos nas despesas”.

Podemos observar essa política nos trechos escritos no Informativo Digital Causa Operaria (2011), no qual estão demonstrando uma medida de elevação de impostos adotada pelo governo afim de reduzir o consumo:

“Na última semana o governo brasileiro elevou a alíquota do IOF para tentar diminuir o volume de empréstimos no mercado. A tentativa do governo é frear o consumo no país da mesma forma diminuir a inflação e possibilitar o desaquecimento da economia.”

“...A tarifa do IOF subiu para 6,38% para os casos de empréstimos com validade de um ano. Anteriormente a alíquota cobrada para o período de 90 dias era de 5,38%. A intenção do governo é impedir que um volume muito grande de dinheiro entre no país na forma de empréstimos, pois somente este ano de janeiro a março entraram 26,6 bilhões de dólares”.

“...Com esta medida os empréstimos realizados para a compra de produtos, principalmente carros e imóveis irão ficar extremamente prejudicados, diminuindo o consumo e desacelerando a indústria. Isto vai levar a economia brasileira a uma estagnação financeira ainda maior”.

Pode-se observar que o governo busca com essa política conter, de certa forma, o consumo de uma forma geral, evitando que a inflação se torne um problema de grandes proporções (STELZER, 2011).

3.3 - Política Monetária Expansionista: Eleva a liquidez da economia, injetando maior volume de recursos nos mercados e elevando, em consequência, os meios de pagamentos, com o objetivo de aquecer a demanda (BERTACI, 2010).

Essa política pode ser observada nos trechos do artigo publicado por Martello (2011) para o jornal *on line* G1.

“O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou nesta quinta-feira (3) que o governo injetará mais R\$ 55 bilhões em recursos no Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Esse é o terceiro ano no qual a equipe econômica coloca recursos no BNDES para que o banco possa realizar empréstimos ao setor produtivo. Em 2009, foram colocados R\$ 100 bilhões e, no ano passado, mais R\$ 80 bilhões”.

“...Com esses recursos, que alcançaram R\$ 175 bilhões, o governo criará, segundo o ministro, o Programa de Sustentação do Investimento, por meio do qual serão concedidos empréstimos ao setor privado com taxas de juros subsidiadas”.

Tal política foi amplamente utilizada pelo governo do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva no período da crise financeira do ano de 2008 e 2009; tais medidas podem ser observadas na matéria publicada pela Reuters (2009):

“O presidente Luis Inácio Lula da Silva afirmou nesta segunda-feira que o governo está preparando para injetar mais recursos na economia a fim de combater os efeitos da crise financeira global no país”.

“...Lula disse que o primeiro trimestre será preocupante e garantiu que o governo está preparado para aumentar os desembolsos públicos e incentivar a iniciativa privada a continuar investindo. Assim, completou, haverá criação de empregos, distribuição de renda e crescimento do Produto Interno Bruto – PIB”.

“...Vamos convencer a iniciativa privada a continuar investindo. Por isso, nós vamos colocar mais recursos no Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social - BNDES , afirmou Lula em seu programa semanal apresentado na rádio”.

A política descrita se tornou muito eficiente no Brasil no período da crise financeira que abalou todo o mundo recentemente, pois estimulou o consumo interno, evitando assim que o desemprego e falta de renda chegasse com uma maior intensidade a população de um modo geral (REUTERS, 2011).

3.4 - Política Monetária Restritiva: Diminui a liquidez da economia, restringindo o crédito de recursos nos mercados e diminuindo, em consequência, os meios de pagamento, com o objetivo de diminuir a demanda (BERTACI, 2010).

A política monetária restritiva pode ser observada no artigo escrito por Setton (2010) para a revista Veja:

“As medidas anunciadas no início do mês para conter o ritmo do crédito começam a surtir efeitos. Dados preliminares divulgados ontem pelo Banco Central mostram que instituições financeiras já pagam mais para conseguir dinheiro junto aos investidores”.

“...Anunciadas em 03 de dezembro, as medidas do Banco Central agem em pelo menos três frentes no crédito. Na primeira com a retirada de R\$ 61 bilhões de dólares de circulação por meio de depósito compulsório – dinheiro dos bancos que fica retido no BACEN – o custo de captação de recursos aumentou para os bancos. Isso acontece porque a oferta da moeda diminuiu e, diante disso, quem tem dinheiro passa a cobrar mais”.

“...Outro reflexo acontece pelo *spread* bancário – que é a diferença entre a taxa de captação paga pelo banco e o juro cobrado no empréstimo. Por essa via, começa a ser notado o efeito da exigência de capital feita aos bancos, especialmente para operações de longo prazo”.

De acordo com a Reuters (2011) pode-se observar que recentemente o governo voltou a utilizar essa política para buscar a redução de crédito, evitando assim, uma inflação “descontrolada”.

Podemos observar essa política monetária no seguinte trecho escrito pela Reuters (2011) para o *site* Tendências de Mercado:

“O Ministério da Fazenda defendeu na terça (26), no encontro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a redução da demanda de crédito para as pessoas físicas como forma de equilibrar o crescimento da economia em patamares perto de 5% nos próximos anos”.

“...Além disso, o Banco Central vai concentrar esforços em medidas que ajudem a convergir à inflação para o centro da meta, que é de 4,5% para 2012, e também em lidar com o intenso fluxo de capital estrangeiro no país”.

“...No ano passado, a demanda interna chegou a atingir 7,5% do Produto Interno Bruto, e agora essa relação está em 4,5%. Na avaliação do ministério, é importante adotar medidas como redução do crédito e corte de gastos. O Banco Central do Brasil elevou novamente a previsão de inflação para 2011. Passou de 6,29% para 6,34%. Na tentativa de controlar o índice, no último dia 20, a entidade aumentou pela terceira vez neste ano a taxa básica de juros, de 11,75% para 12% ao ano”.

Com essa política, o governo tenta reduzir o crédito para que não haja uma disparada nos preços, fazendo com que a inflação se torne um grande problema, uma vez que, em nosso país, o problema da inflação “descontrolada” já causou inúmeros transtornos (REUTERS, 2011).

3.5 - Política de Desvalorização Cambial: Torna a moeda nacional mais barata, com consequente aumento das exportações e diminuição das importações, ocasionando o superávit da balança comercial (BERTACI, 2010).

Essa desvalorização da moeda nacional pode trazer alguns impactos conforme descrito nos trechos pela autora Fernandes (2011) ao seu comentário ao jornal Folha de São Paulo:

“A abrupta desvalorização do real provocou paralisação nos negócios entre fornecedores de matérias primas, indústrias e comércio e atingiu as exportações, as importações e as vendas no mercado interno”.

“...Fabricantes de produtos eletrônicos, como TVs, DVDs e computadores, de bens de capital e de alimentos estão com dificuldades para definir preços por conta da forte variação da taxa de câmbio – nas últimas três semanas, a desvalorização do real em relação ao dólar chegou a 21%”.

“...Ninguém consegue fazer preço neste momento, e o setor vive uma espécie de estagnação. A desvalorização do real foi muito violenta e fica difícil estabelecer preços de venda. Quem exporta tem dificuldade para enviar os produtos para o exterior por conta das restrições de linhas de crédito para realizar as chamadas Adiantamento de Contratos de Câmbio”.

“...As linhas de crédito secaram. Quem tem dinheiro para continuar operando está bem. Quem não tem, pode ter de parar a produção.”

Outros trechos que descrevem o comportamento desta política podem ser explicados pelo autor Canuto (1999) em seu artigo publicado no jornal Estado de São Paulo:

“Em geral, mesmo quando uma expressiva desvalorização real da taxa de câmbio tem tudo para provocar elevações substanciais nos saldos comerciais de uma economia, este resultado não se materializa de imediato, podendo passar inclusive por uma fase durante a qual o saldo comercial até piora. O gráfico que apresenta esse comportamento denomina-se **Curva J**”.

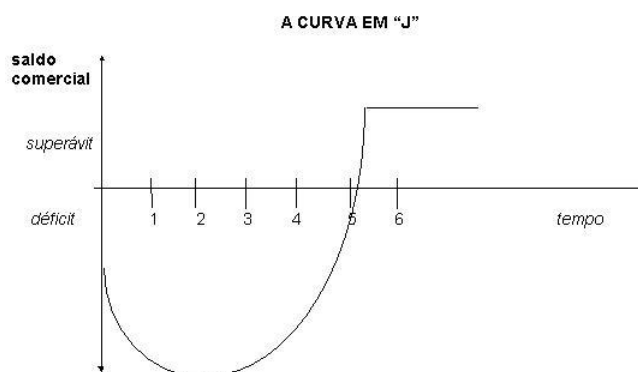


Ilustração 5: Curva “J” ao longo do tempo
Fonte: Adaptado de Canuto (1999)

“...Uma desvalorização cambial torna mais cara às importações e abre margem para que exportadores tenham melhores lucros e/ou oferecem menores preços. Quando as respostas em termos de competitividade – ou seja, aumento nas quantidades exportadas e diminuição nas quantidades importadas – são significativas, o saldo comercial do país melhora. Por outro lado, essas respostas competitivas costumam tomar algum tempo”.

“...A perspectiva quanto aos saldos comerciais tem de focar, enfim, o horizonte um pouco além da barriga do “J”. Por exemplo, um estudo recente aponta que um eventual aumento de 10% no tamanho do comércio mundial, as exportações tenderiam a crescer 3,8% a curto prazo e apenas 8,1% a longo prazo”.

“...A continuidade de patamares de desvalorização cambial real acima dos 20% em relação a janeiro tende a ser eficaz no tocante ao saldo comercial, ainda que sem atingir a meta indicativa de US\$ 11 bilhões”.

Essa política possui uma particularidade, embora possua o objetivo de melhorar a balança comercial, obtendo um superávit comercial, caso haja uma escassez de crédito no mercado interno, dificilmente as empresas irão conseguir recursos para financiar as exportações (CANUTO, 1999).

3.6 - Política de Valorização Cambial: Torna a moeda nacional mais cara, com consequente aumento das importações e diminuição das exportações, ocasionando o déficit da balança comercial (BERTACI, 2010).

Pode-se observar essa política nos trechos do jornal Estado de São Paulo publicado em sua página da internet no dia 06 de Maio de 2011.

“O governo assumiu nova postura diante a valorização do real: decidiu utilizar o câmbio como mais um instrumento de combate à inflação. É uma mudança que sobrevém em um momento em que o real começa a apresentar uma tendência à desvalorização, depois de chegar a R\$ 1,570 por dólar, no dia 27 de abril. Isso é importante, mas não permite que o Banco Central deixe de intervir para conter a valorização, como vem fazendo há meses”.

“...Caso não haja intervenção oficial no mercado de câmbio, ocorrerá uma elevação nas importações, em detrimento da indústria nacional, com consequências negativas sobre o nível de emprego e o déficit do INSS. Paralelamente, as exportações poderão cair com a queda do preço das *commodities*”.

A política de valorização também pode ser observada no trecho publicado no jornal *Valor on line* no dia 22 de Outubro de 2010, demonstrando o quanto a valorização cambial é nociva à economia nacional.

“Agora, estamos numa situação diferente, num contexto de liquidez internacional extremamente abundante por conta das políticas monetárias dos países desenvolvidos. Há uma tendência de criar competitividade via câmbio, até de forma artificial por várias economias do mundo”.

“...O Brasil não pode tolerar déficits desnecessários em sua balança comercial. Aqui e em qualquer lugar do mundo existem instrumentos de defesa comercial. Em alguns setores, vemos crescimento explosivo das importações com indícios de concorrência desleal”.

“...Tal prática é percebida em alguns componentes para máquinas e equipamentos. Mas a iniciativa (para impedir a concorrência desleal) precisa partir do setor privado. Ficando evidente a concorrência desleal, cabe acionar os mecanismos de defesa *anti-dumping*”.

“... Na reunião do G20 (grupo das vinte maiores economias do mundo e países emergentes), o Brasil levará a mensagem de coordenação, para evitar que esse tipo de procedimento seja prejudicial para o mundo inteiro, na medida em que todos querem utilizar esse recurso”.

Afim de evitar um déficit comercial, o governo busca ferramentas para conseguir minimizar a entrada de produtos (importações) e aumentar, de certa forma, a saída de bens (exportações) sendo esses produtos primários ou manufaturados (CANUTO, 1999).

3.8 - Política Externa de Incentivo as Exportações: Diminui impostos para as empresas exportadoras e cria barreiras para as importações, com a finalidade de buscar o superávit da balança comercial (BERTACI, 2010).

A política de incentivo a exportação por meio de elevação de impostos de importação pode ser observada no trecho escrito pelo jornal *on line* Folha de São Paulo do dia 28 de Dezembro de 2010:

“O governo anunciou nesta terça-feira o aumento do Imposto de Importação para quatorze tipos de brinquedos. De acordo com resolução da Camex, o tributo passa de 20% para 35% a partir de hoje. O objetivo da decisão é combater o aumento das importações”.

“...Segundo o decreto, o aumento permanece em vigor até 31 de dezembro de 2011 e atende a uma solicitação da Abrinq. A medida atinge principalmente os brinquedos fabricados na China, origem de quase 90% das importações brasileiras”

“... Atualmente, o Brasil importa brinquedos de várias faixas de preços. Os produtos importados, segundo os fabricantes, estão competindo com os nacionais em nichos específicos e não apenas no mercado de brinquedos de menor valor”.

Buscando proteger a indústria nacional, o governo aumenta impostos para dificultar que o produto estrangeiro seja mais competitivo do que o nacional. Com essas medidas, o governo também procura manter o nível de emprego das indústrias que estão competindo com produtos estrangeiros (OLIVEIRA, 2011).

3.9 - Política Externa de Incentivo as Importações: Diminui barreiras às empresas importadoras, com a finalidade de aumentar competitividade obrigar as empresas a baixarem preços (BERTACI, 2010).

Pode-se observar essa política nos trechos publicados pela Agencia Brasil (2010), no qual descreve as reduções dos impostos de importação em peças automotivas.

“O governo estabeleceu um cronograma para reduzir o imposto de importação de autopeças, que vigora desde 2001. O objetivo, segundo a Receita Federal, é estabelecer uma maior competitividade para a indústria automotiva nacional”.

“...O redutor que hoje é de 40% continuará vigorando até o próximo dia 31 de Julho. Até 20 de Outubro de 2010, será de 30%. Caíra para 20% e permanecerá nesse percentual até 30 de Abril de 2011. A renúncia tributária com a medida será de R\$ 132,35 milhões.

Essa política também pode ser observada nos trechos escritos por Veríssimo (2011) para a Agência do Estado, no qual descreve a redução de impostos cobrados pelo Governo a itens considerados estratégicos:

“O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior reduziu o imposto de importação para 253 produtos de bens de capital e bens de informática e telecomunicações. A lista foi publicada hoje no Diário da União. As alíquotas caíram para 2%”.

“...Por meio dos ex-tarifários, o governo o governo pode reduzir temporariamente as tarifas para aquisição no exterior de bens de capital, informática e telecomunicação sem produção nacional. A redução do imposto de importação ocorre depois da análise dos projetos de investimentos apresentados pela iniciativa privada”.

“...Segundo o Ministério, os investimentos globais estimados vinculados aos novos ex-tarifários chegam a R\$ 2 bilhões. O valor das importações de equipamentos é de US\$ 571 milhões. A maior parte é vinculada ao setor de siderurgia”.

“...No mês passado, a Camex já havia reduzido a 2% a alíquota do imposto de importação para 471 itens ligados a investimentos no valor de US\$ 2,1 bilhões. O governo entende que o ex-tarifário estimula os investimentos ao baratear a compra de máquinas e equipamentos sem similar nacional”.

Com essa política o governo busca facilitar o investimento privado através da redução do custo de equipamentos/máquinas importadas sem similar nacional, fazendo com que haja uma maior competitividade entre as empresas e redução dos custos (VERÍSSIMO, 2011).

3.10 - Política de Renda com Aumento do Salário Mínimo: Conjunto de medidas visando à redistribuição de renda e justiça social. É um dos instrumentos da política econômica governamental, juntamente com a política fiscal, política externa e a política monetária (BERTACI, 2010).

Para Oliveira (2011) A política de renda possui uma particularidade muito interessante, caso ela seja modificada, sua repercussão atinge de forma significativa as demais políticas governamentais, podemos observar essa particularidade nos trechos escritos por Oliveira (2011) para o jornal G1:

“O salário mínimo de R\$ 545 aprovado na noite desta quarta-feira (23) pelo Senado registra o menor aumento real concedido desde 2003, início do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, mostram dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)”.

“...A política de valorização do salário mínimo prevê correção pela inflação do ano anterior, considerando o INPC, mais variação do crescimento de economia de dois anos atrás. O que aconteceu em 2011 foi que o PIB de 2009 foi negativo, por cauda da crise financeira internacional”.

“...Considerando a política aprovada, o reajuste em 2012 será favorável ao trabalhador e próximo de 13%, sendo que 5% de correção da inflação e 7,5% de aumento real, que é a estimativa de crescimento do PIB para 2010. Com isso, o mínimo seria superior a R\$ 615.

De acordo com Oliveira (2011) a tabela abaixo demonstra o que foi reposição e o que foi aumento real em todos os reajustes no salário mínimo desde 2003, a partir de quando os dados foram disponibilizados pelo Dieese na publicação “Política de Valorização do Salário Mínimo”.

Reajuste em	Salário Anterior	Salário Reajustado	Percentual de Reajuste	Inflação (INPC)	Aumento Real
Abril de 2003	R\$ 200,00	R\$ 240,00	20%	18,54%	1,23%
Maio de 2004	R\$ 240,00	R\$ 260,00	8,33%	7,06%	1,19%
Maio de 2005	R\$ 260,00	R\$ 300,00	15,38%	6,61%	8,23%
Abril de 2006	R\$ 300,00	R\$ 350,00	16,67%	3,21%	13,04%
Abril de 2007	R\$ 350,00	R\$ 380,00	8,57%	3,3%	5,1%
Março de 2008	R\$ 380,00	R\$ 415,00	9,21%	4,98%	4,03%
Fevereiro de 2009	R\$ 415,00	R\$ 465,00	12,05%	5,92%	5,79%
Janeiro de 2010	R\$ 465,00	R\$ 510,00	9,68%	3,45%	6,02%
Março de 2011	R\$ 510,00	R\$ 545,00	6,86%	6,47%	0,37%
Acumulado			172,50%	76,66%	54,25%

Tabela 3 – Evolução do Salário Mínimo.
Fonte: Adaptado Dieese (2014).

Dados do Dieese (2014) apontam que 47 milhões de pessoas no país têm rendimentos referenciados no salário mínimo, considerando benefícios do INSS, empregados do setor privado e trabalhadores domésticos.

- ✓ Poder de compra se mantém: com o valor de R\$ 724, um salário consegue comprar 3,24 cestas básicas, exatamente o mesmo índice de 2013. Trata-se do melhor resultado desde o início do Plano Real (DIEESE, 2014).
- ✓ Poder de compra em 70 anos: apesar da manutenção do poder de compra nos últimos anos, o poder de compra registrou aumento 70 anos depois de o salário mínimo ter sido criado (DIEESE, 2014).

Segue a evolução do salário mínimo desde a sua criação do plano Real até os dias atuais, conforme valores corrigidos pela inflação e levando em conta os valores dos salários nos moldes atuais (DIEESE, 2014).

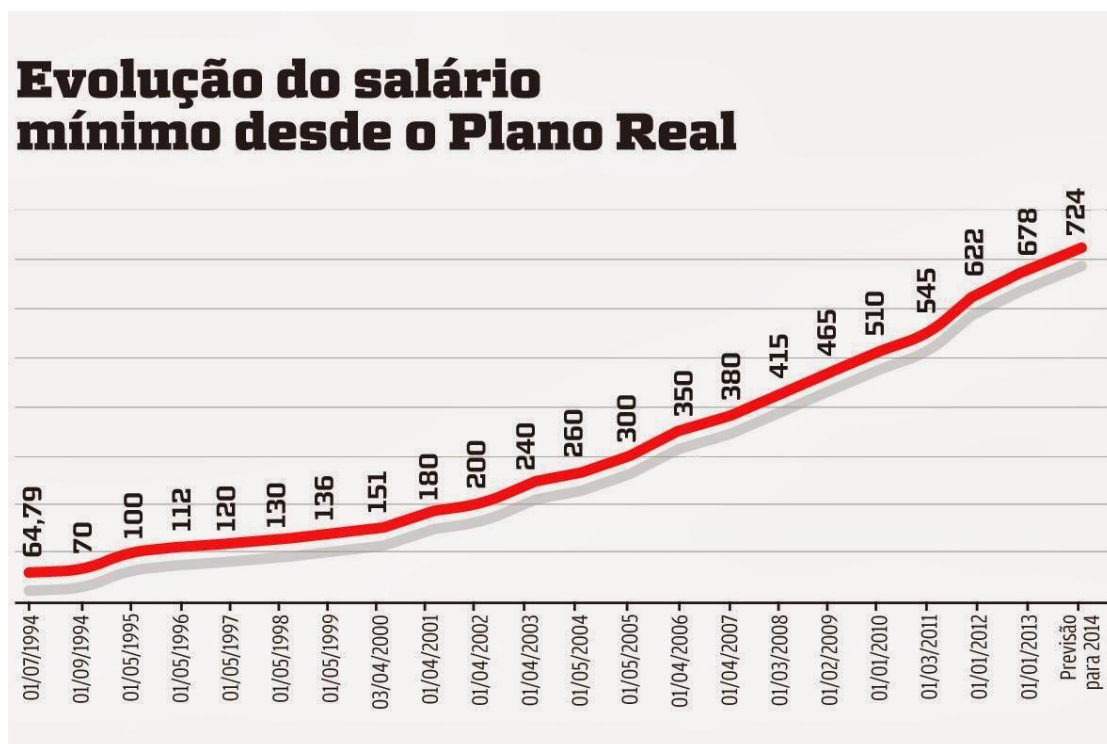


Ilustração 6: Evolução do Salário Mínimo desde o plano Real.
Fonte: Dieese (2014).

De acordo com o Dieese (2014) pode ser controversa a consideração de valores reais por um período histórico tão longo, cerca de 70 anos, com sucessivos ciclos de surtos inflacionários, mas que isso oferece uma boa demonstração da trajetória do poder de compra do salário mínimo.

A política de renda com aumento do salário mínimo é um dos principais propulsores da produção nacional, uma vez que caso a mesma seja modificada positivamente, ela possibilita um maior poder de compra para as pessoas, fazendo com que haja uma maior demanda por bens e serviços (OLIVEIRA, 2011).

Mas vale ressaltar, que o aumento “descontrolado” do salário mínimo pode causar inflação, fazendo com o aumento deste salário seja consumido pela alta de preços (DIEESE, 2014).

3.11 - Política de Renda Através do Congelamento de preços: visa à manutenção dos preços, através de um tabelamento ao produtor (BERTACI, 2010).

Essa política foi adotada no Brasil na década de 80, mas seu breve “sucesso” não resolveu os problemas de grande inflação da época como mostra os trechos do artigo do escritor Ruiz (2003) para a página Sociedade Digital:

“Essa reforma monetária tinha como objetivo re-equilibrar a economia e resgatar o prestígio do governo que já estava um tanto abalado. O Plano Cruzado I teve como princípio o congelamento de preços por um ano, e os salários foram congelados, pelo valor médio dos últimos seis meses, mas um abono de 8%”.

“...Também foi criado o Gatilho Salarial, toda vez que a inflação atingir ou ultrapassar 20% os salários teriam correção automática com mesmo índice, mais as diferenças negociadas nos dissídios coletivos das diferentes categorias. A correção monetária foi extinta e criada o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), para a correção da poupança e aplicações financeiras”.

“...Para que o congelamento tivesse êxito, todos foram convocados a denunciarem as remarcações. A inflação foi contida e o poder aquisitivo cresceu. Com o aumento dos salários e o congelamento, aumentou-se o consumo, porém a forte demanda abalou o congelamento e levou o plano ao fracasso”.

De acordo com Ruiz (2003) atualmente essa política se aplica em poucos setores, uma vez que é utilizado no Brasil, principalmente no caso do agronegócio, para evitar perdas aos produtores rurais, o governo subsidia os preços, mantendo-os “equilibrados”.

Essa política de ser utilizada de forma estratégica, caso contrário, os gastos que o governo vai desenvolver seriam, em alguns casos, insustentáveis (RUIZ, 2003).

CONCLUSÃO

Este trabalho de conclusão analisou como as políticas públicas afetam de diversas formas a produção de bens e serviços, onde os principais conceitos foram apresentados a fim de demonstrar o funcionamento das políticas através de notícias extraídas dos meios de comunicação.

Com essas notícias foi possível demonstrar como as filosofias administrativas/financeiras governamentais criam possibilidades para que o aparelho de produção nacional continue buscando sempre seu equilíbrio, além de esclarecer que as políticas públicas dependem de inúmeros fatores, como o meio de produção e estruturas de mercado para que as mesmas possam ser usadas de forma eficiente, não esquecendo da análise dos setores gerais da economia. Essas mesmas notícias servem para esclarecer como é complexo o funcionamento de uma economia, no qual se tornou altamente globalizada.

Através dos conceitos primários – setores da economia, meios de produção e modos de produção – foi possível identificar quais os principais componentes do aparelho de produção nacional. Isto contribuiu para o melhor entendimento das estruturas de mercado, uma vez que as mesmas são amplamente ligadas a esses conceitos.

O estudo das estruturas de mercado possibilitou o entendimento mais aprofundado de como as indústrias são organizadas em um mercado cada vez mais voraz e sua importância para a regulação dos preços, empregos e renda de uma forma geral.

Com esses conceitos primários foi possível determinar e explicar de forma didática, as principais políticas governamentais e como podem influenciar os meios de produção, a composição da renda nacional e como elas buscam manter o equilíbrio entre os preços.

Por fim, observamos que o resultado obtido com este trabalho pode ser visto como um ponto fundamental para o entendimento das leis que regem as forças produtivas do nosso país, uma vez que, a nossa economia se encontra em um processo amplamente globalizado e nossas empresas estão cada vez mais buscando ser competitivas em um cenário completamente competitivo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Governo estabelece cronograma para redução de impostos de importação de autopeças.** Disponível em: < http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2010/07/28/internas_economia,204863/index.shtml>. Acesso em 20 Ago. 2014.

Andrade, T.A; Serra, R.V. **A cidade global São Paulo / Rio de Janeiro: Uma análise de suas Infra-Estruturas.** 2011. 57 p. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

Arnoletto, E.J. **Administracion de la Produccion como Ventaja Competitiva.** Argentina, 2006. Disponível em: <www.eumed.net/libros/2007b/299/indice.htm>. Acesso em: 05 Ago. 2014.

Bertaci, M.J. **Economia II.** 2010. Faculdade Estadual de Tecnologia, FATEC, Taquaritinga, 2010.

Canuto, O. Efeitos da desvalorização cambial sobre o saldo comercial. **Estado de São Paulo.** São Paulo. 20 Abr. 1999. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo78.htm>>. Acesso em: 10 Ago. 2014.

Cleto,C.I; Dezordi, L. **Políticas Econômicas.** São Paulo, 2011. Coleção Gestão Empresarial.

CONGELAMENTO de Preços. Congelamento de preços no Brasil nos anos 80 não funcionou. **G 1.** São Paulo. 28 Fev. 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL7961-5602,00 CONGELAMENTO+DE+PREÇOS+NO+BRASIL+ NOS+ANOS+NAO+FUNCIONOU.html>>. Acesso em: 11 Ago. 2014.

DIEESE. **Histórico da evolução do salário mínimo.** Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/salmin.xml>>. Acesso em: 20 Set. 2014.

Feres, L.P. **Fatores de produção**. Universidade de Campinas. Brasil, 2011. Disponível em: <<http://umamao.com/questions/O-que-s%C3%A3o-e-quais-s%C3%A3o-os-fatores-de-produ%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 20 Ago. 2014.

Fernades, F. Disparado do dólar paralisa negócios entre empresas. **Folha de São Paulo**. São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u453783.shtm>>. Acesso em: 13 Set. 2014.

FORÇA de produção. In Infopédia. Porto: Porto Editora, 2011. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$forca-de-producao](http://www.infopedia.pt/$forca-de-producao)>. Acesso em: 27 Ago. 2014.

FORÇAS produtivas. In Infopédia. Porto: Porto Editora, 2011. Disponível em: <[www.infopedia.pt/\\$forcas-produtivas](http://www.infopedia.pt/$forcas-produtivas)>. Acesso em: 27 Ago. 2014.

Gomes, L.S. **Dicionário Econômico, Comercial e Financeiro**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Tupã, 1958.

Gomes, C. **Antecedentes do Capitalismo**. Portugal, 2008.

Graeml, A.R; Peinado. J. **Administração da Produção: Operações industriais e de Serviços**. Curitiba: Unicemp, 2007.

Greamaud, A. P. et al. **Equipe de Professores USP: Manual de Economia**. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2004.

IMPOSTO. **Governo eleva imposto pra segurar o consumo**. Disponível em: <http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=28030>. Acesso em: 10 Set. 2014.

IMPOSTO. Governo eleva Imposto de Importação de brinquedos a 35% para combater chineses. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 28 Dez. 2010 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/851994-governo-eleva-imposto-de-importacao-de-brinquedos-a-35-para-combater-chineses.shtml>>. Acesso em: 10 Set. 2014.

Lima, D. Governo eleva em R\$ 2,5 bilhões a projeção de despesas para gasto com pessoal e encargos sociais. **Dia a Dia**. Brasília, 19 Nov. 2010. Disponível em: <<http://www.jornaldiadia.com.br/jdd/oboaoboa/45367-governo-eleva-em-r-25-bilhoes-projecao-de-despesa-para-gastos-com-pessoal-e-encargos-sociais>>. Acesso em: 10 Ago. 2014.

Martello, A. Governo vai injetar mais R\$ 55 bi no BNDES neste ano. **G 1**. Brasília. 03 Mar. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/03/governo-vai-injetar-mais-r-55-bi-no-bndes-neste-ano-diz-mantega.html>>. Acesso em: 10 Set. 2014.

Marx, K. **O Capital: Processo de Produção de Capital, livros I, II e III**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Medeiros, L.R. **Estratégia Empresarial**. 2006, 48 p. Faculdade Estadual de Tecnologia, FATEC, Taquaritinga, 2006.

MEIOS de Produção. In Infopédia. Porto: Porto Editora, 2011. Disponível em: <[www.infopedia.pt/\\$meios-de-produção](http://www.infopedia.pt/$meios-de-produção)>. Acesso em: 10 Ago. 2014.

Meksenas, Paulo. **Cidadania, Poder e Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

Mill, J. S. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Nogueira, C.D. Nova Parceria entre China e Rússia. 2006. 5 p. Artigo – PUC Minas. Minas Gerais, 2006. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060328120737.pdf?PHPSESSID=c262630f61303c36bddacdee804e3b00>. Acesso em 15 Ago. 2014.

Oliveira, M. Senado confirmou salário de R\$ 545, aumento real de 0,37% frente a 2010. **G 1**. São Paulo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/salario-minimo-tem-menor-aumento-real-desde-o-inicio-do-governo-lula.html>>. Acesso em: 20 Ago. 2014.

Reuters. **Governo pode injetar mais recursos na economia, diz Lula**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=846254&tit=Governo-pode-injetar-mais-recursos-na-economia-diz-Lula>>. Acesso em 15 Set. 2014.

Reuters. **Governo defende reduzir demanda e crédito contra inflação**. Disponível em: <<http://www.tendenciasmercado.com.br/financas/governo-defende-reduzir-demanda-e-credito-contrainflacao/>>. Acesso em 15 Set. 2014.

Rossetti, J. P. **Introdução a Economia**. 19ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002.

Ruiz, M. **Fatores de Produção**. Brasil, 2003. Disponível em: <<http://www.sociedadedigital.com.br/artigo.php?artigo=103&item=4>>. Acesso em: 05 Ago. 2014.

Ruiz, M. **A História do Plano Cruzado I e II**. Disponível em: <<http://www.sociedadedigital.com.br/artigo.php?artigo=112&item=4>>. Acesso em: 10 Set. 2014.

Salomon, M. Governo corta investimentos e eleva gastos. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 03 Abr. 2011. Disponível em: <<http://contabilidadefinanceira.blogspot.com/2011/04/governo-corta-investimentos-e-eleva.html>>. Acesso em: 10 Ago. 2014.

Setores. Setores Gerais da Economia. Brasil, 2010. Disponível em: <www.suapesquisa.com/setores_economia.htm>. Acesso em: 13 Ago. 2014.

Setton, R. Instituições **financeiras já pagam mais para conseguir dinheiro junto aos investidores**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/pacote-do-governo-ja-eleva-taxa-de-juro-de-emprestimos>>. Acesso em: 10 Set. 2014.

Smith, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Silva, O.I. Economia e Mercados. 1ª Edição. Porto Alegre: Sagra, 1986.

Souza, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. IN Sociologias nº 16. Junho/dezembro 2006, p. 20-45.

Stelzer, V. **Cortes de R\$ 50 bilhões não mudam projeções de aperto monetário**. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2011/02/09/corte-de-r-50-bi-no-orcamento-nao-vai-causar-recessao-diz-mantega.jhtm>>. Acesso em 15 Ago. 2014.

Wellels. W.J. **Economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VALORIZAÇÃO. O uso da valorização do real contra a inflação. **O Estado de São Paulo**. São Paulo. 06 Mai. de 2011. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110506/not_imp715589,0.php>. Acesso em: 10 Set. 2014.

VALORIZAÇÃO. Valorização cambial é nociva à economia. **O Estado de São Paulo**. São Paulo. 22 Out. de 2010. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/valorizacao+cambial+e+nociva+a+economia+diz+coutinho/n1237810085827.html>>. Acesso em: 10 Ago. 2014.

Vasconcellos, M.A.S. **Economia: Micro e Macro**. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002.

Veríssimo, R. **Governo Reduz imposto de importação de 253 itens**. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/Economia+,governo-reduz-imposto-de-importacao-de-253-itens,not_58810.htm>. Acesso em 20 Ago. 2014.

XI Encontro de Iniciação à Docência, 2003, Paraíba. **Teorias dos Fatores de Produção: Algumas considerações Críticas**. Universidade Federal da Paraíba, UFPB. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/xenex_xienid/xi_enid/monitoriapet/ANAIS/Area8/8CCSADEMT03.pdf>. Acesso em: 13 Ago. 2014.